



RTN 2021

Março

Publicado em
29/04/2021

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Fazenda
Secretaria do Tesouro Nacional

Resultado do Tesouro Nacional

Resultado Fiscal do Governo Central

Resultado Primário do Governo Central Brasil – 2020/2021 – Valores Nominais

R\$ Milhões

Resultado Primário do Governo Central - Brasil - 2020/2021

Discriminação	Jan-Mar		Variação (2021/2020)		Março		Variação (2021/2020)	
	2020	2021	% Nominal	% Real (IPCA)	2020	2021	% Nominal	% Real (IPCA)
I. RECEITA TOTAL	400.841	453.762	13,2%	7,6%	111.081	141.873	27,7%	20,4%
II. TRANSFERÊNCIAS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	74.988	84.709	13,0%	7,3%	19.324	23.741	22,9%	15,8%
III. RECEITA LÍQUIDA (I-II)	325.853	369.053	13,3%	7,6%	91.757	118.132	28,7%	21,3%
IV. DESPESA TOTAL	328.709	344.609	4,8%	-0,4%	112.887	116.031	2,8%	-3,1%
VI. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV + V)	-2.856	24.443	-	-	-21.131	2.101	-	-
Tesouro Nacional	49.777	81.677	64,1%	56,1%	-2.333	22.188	-	-
Banco Central	-44	-113	156,2%	143,6%	123	-40	-	-
Previdência Social (RGPS)	-52.588	-57.121	8,6%	3,2%	-18.921	-20.047	5,9%	-0,1%
VII. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB	-0,2%	1,3%	-	-	-3,4%	0,3%	-	-

Memorando:

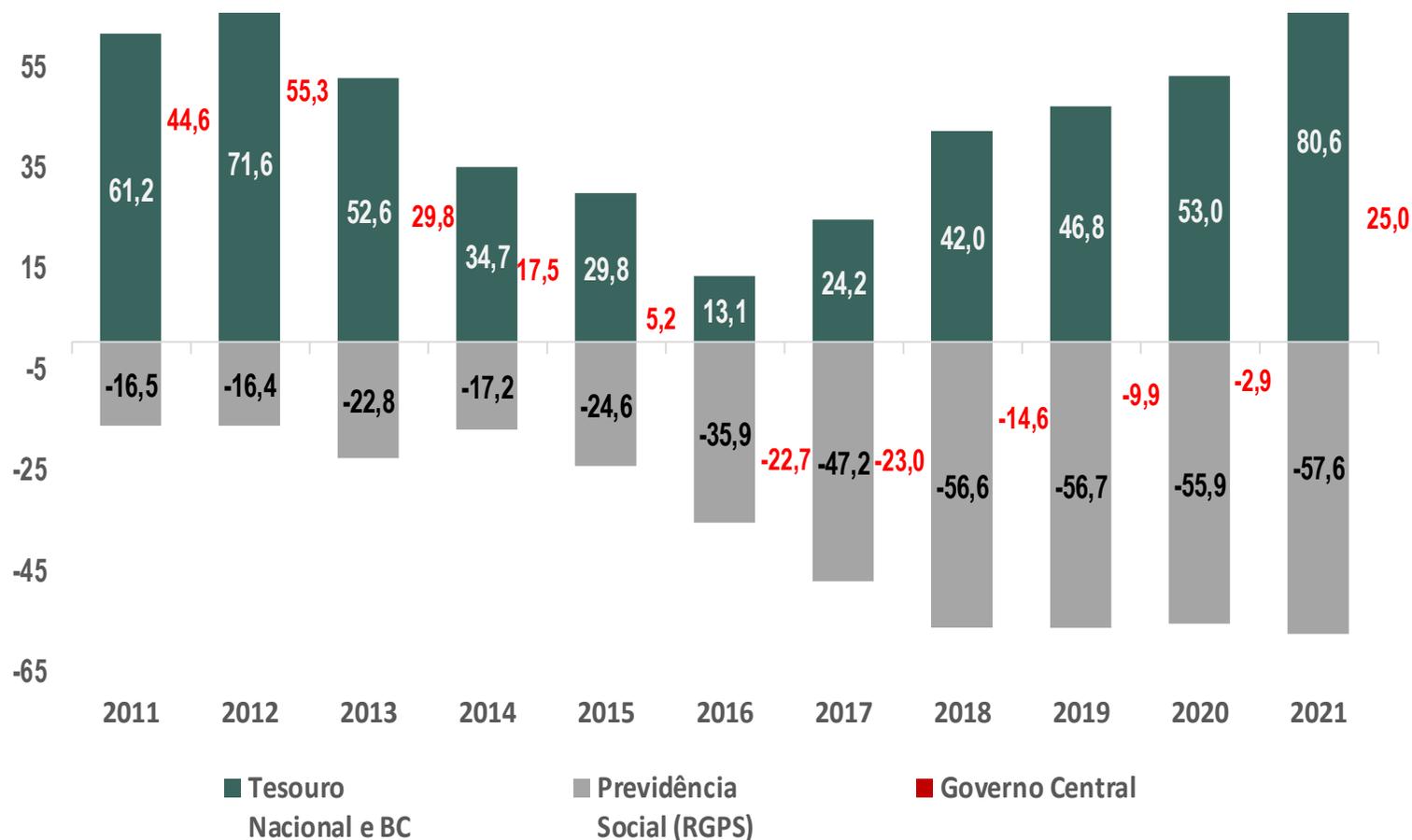
Resultado do Tesouro Nacional e Banco Central	49.733	81.564	64,0%	56,1%	-2.209	22.148	-	-
---	--------	--------	-------	-------	--------	--------	---	---

Em **março de 2021**, houve **superávit primário de R\$ 2,1 bilhões**, frente a déficit de **R\$ 21,1 bilhões em março de 2020** (valores nominais).

No acumulado até março de 2021, houve superávit de R\$ 24,4 bilhões frente a déficit de R\$ 2,9 bilhões em 2020 (em valores nominais). Resultado influenciado principalmente pela evolução da arrecadação.

Resultado Fiscal do Governo Central

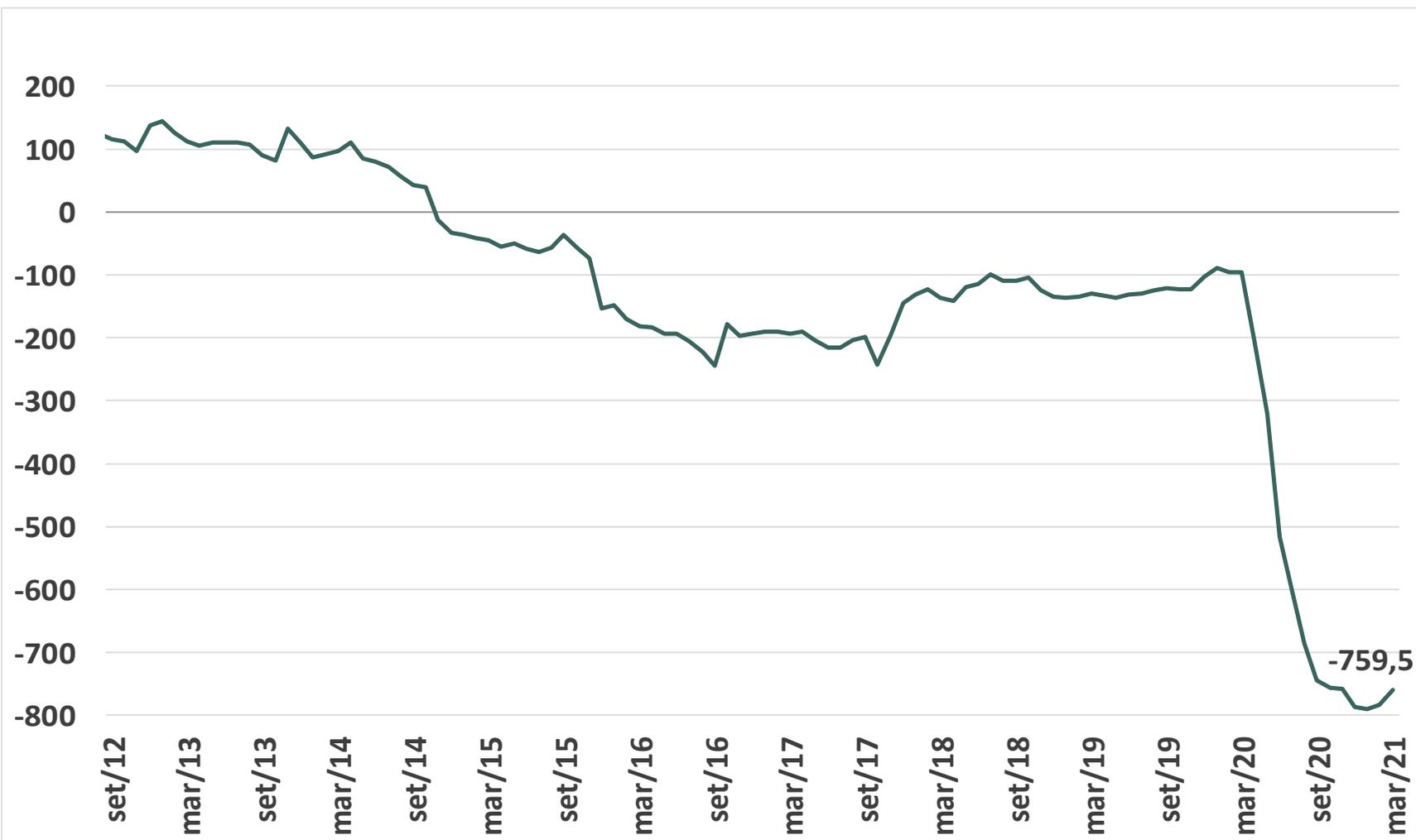
Resultado Primário do Governo Central – Acumulado no ano – Componentes
Brasil – 2011/2021 – R\$ Bilhões – A preços de mar/21 – IPCA



No primeiro trimestre de 2021, a preços de mar/21, a **Previdência Social (RGPS)** registrou **déficit de R\$ 57,6 bilhões**, enquanto o **Tesouro Nacional** e o **Banco Central** apresentaram **superávit de R\$ 80,6 bilhões**.

Resultado Fiscal do Governo Central

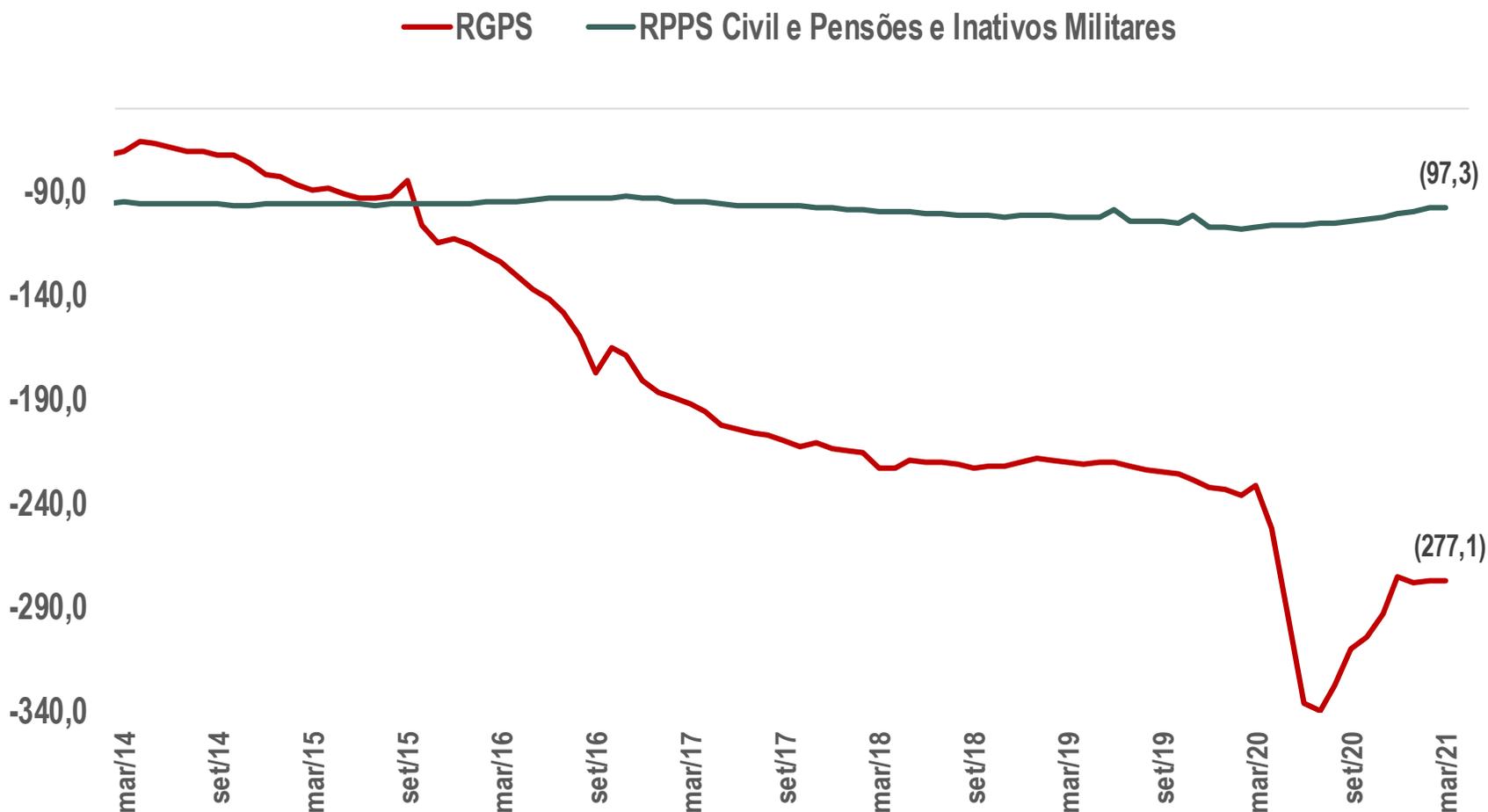
Resultado Primário do Governo Central – Acumulado em 12 meses
 Brasil – 2012/2021 – R\$ Bilhões – A preços de mar/21– IPCA



O resultado primário do **Governo Central** acumulado em 12 meses (até mar/2021) foi de **déficit de R\$ 759,5 bi**, equivalente a **9,5% do PIB**.

Evolução do Resultado do RGPS, RPPS Civil, e Pensões/Inativos Militares

Comparativo dos Resultados: RGPS x RPPS Civil e Pensões/Inativos Militares* Acumulado em 12 meses – Brasil – 2014/2021 – R\$ Bilhões – A preços de mar/21- IPCA



Total do déficit **RGPS + RPPS Civil e Pensões/Inativos Militares = R\$ 374,4 bilhões (4,7% do PIB)** no Governo Central no acumulado em 12 meses até março de 2021, a preços de mar/2021 – IPCA.

A elevação do déficit do RGPS entre mar/20 e mar/21 em R\$ 46,0 bi deveu-se ao efeito conjunto da elevação em R\$ 23,3 bi dos benefícios previdenciários e redução de R\$ 22,6 bi da arrecadação líquida do RGPS.

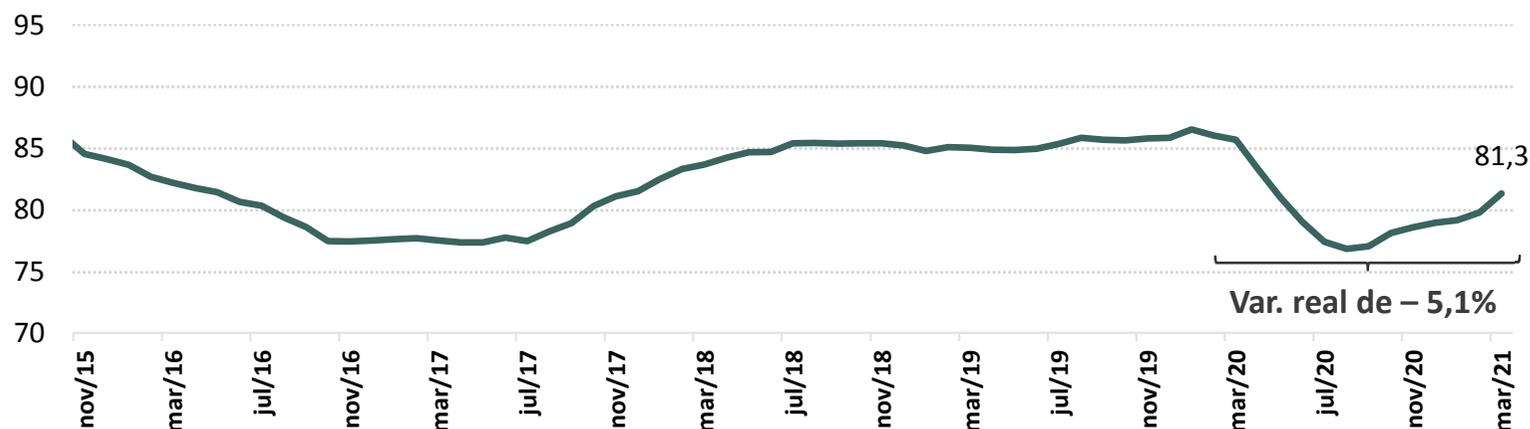
* Inclui FCDF.

Receitas do Governo Central

Receita Administrada e Arrecadação Líquida para o RGPS

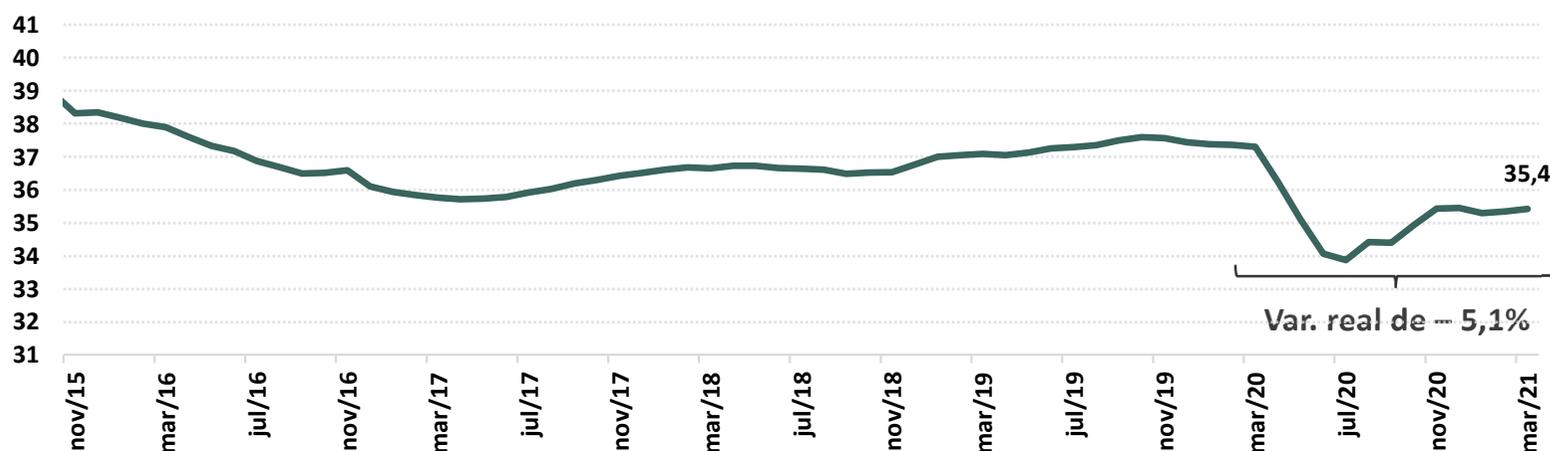
Média Móvel Mensal (12 meses) – R\$ Bilhões – A preços de mar/21- IPCA

Receita Administrada pela RFB – Sem repatriação



A média móvel em 12 meses da **Receita Administrada** pela RFB apresentou **redução real de 5,1%** em relação a março de 2020, mesma variação registrada pela **arrecadação líquida para o RGPS**.

Arrecadação Líquida para o RGPS



A dinâmica recente da arrecadação foi afetada pelo impacto sobre a atividade e diferimentos decorrentes da pandemia COVID-19.

Receitas do Governo Central

Resultado no Mês em Relação ao Mesmo Mês do Ano Anterior

Brasil – Mensal – 2020/2021 – A preços de mar/21- IPCA – R\$ Milhões

R\$ milhões

Receitas Primárias do Governo Central - Brasil - 2020/2021				
Discriminação	Março		Variação	
	2020	2021	Diferença	% Real (IPCA)
I. RECEITA TOTAL	117.855,9	141.873,2	24.017,2	20,4%
I.1 Receita Administrada pela RFB	72.900,9	91.327,3	18.426,4	25,3%
Imposto de Importação	4.138,8	6.091,0	1.952,3	47,2%
IPI	4.244,2	6.558,7	2.314,6	54,5%
Imposto de Renda	29.311,3	38.139,2	8.827,9	30,1%
IOF	3.685,0	3.362,0	-323,1	-8,8%
COFINS	19.236,0	21.508,1	2.272,2	11,8%
PIS/PASEP	5.489,7	6.115,0	625,3	11,4%
CSLL	4.563,0	7.657,0	3.094,0	67,8%
CIDE Combustíveis	233,6	185,9	-47,8	-20,4%
Outras	1.999,4	1.710,3	-289,1	-14,5%
I.2 Incentivos Fiscais	0,0	-33,8	-33,8	-
I.3 Arrecadação Líquida para o RGPS	33.507,0	34.487,2	980,1	2,9%
Urbana	32.793,1	33.720,9	927,8	2,8%
Rural	713,9	766,3	52,3	7,3%
I.4 Receitas Não Administradas pela RFB	11.448,0	16.092,5	4.644,5	40,6%
Concessões e Permissões	148,8	185,9	37,1	25,0%
Dividendos e Participações	943,0	833,2	-109,8	-11,6%
Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	1.489,8	1.366,1	-123,7	-8,3%
Exploração de Recursos Naturais	2.846,1	3.812,4	966,3	34,0%
Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	1.149,5	1.435,8	286,3	24,9%
Contribuição do Salário Educação	1.815,3	1.761,9	-53,4	-2,9%
Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	2,6	0,0	-2,6	-100,0%
Demais Receitas	3.053,0	6.697,2	3.644,2	119,4%
II. TRANSFERÊNCIAS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	20.502,6	23.740,8	3.238,3	15,8%
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	97.353,4	118.132,3	20.778,9	21,3%

Em março de 2021, a **receita total** apresentou **elevação de R\$ 24,0 bilhões (20,4%) em termos reais**, frente a março de 2020.

Essa variação decorre do efeito conjunto da:

- elevação de R\$ 18,4 bilhões na receita administrada pela RFB;
- crescimento de R\$ 4,6 bilhões nas receitas não administradas; e
- aumento de R\$ 980,1 milhões na arrecadação líquida para o RGPS.

A receita líquida apresentou elevação de R\$ 20,8 bilhões.

Receitas do Governo Central

Resultado Acumulado em Relação ao Ano Anterior

Brasil – Anual – 2020/2021 – A preços de mar/21 - IPCA – R\$ Milhões

R\$ Milhões

Receitas Primárias do Governo Central - Brasil - 2020/2021				
Discriminação	Jan-Mar		Variação	
	2020	2021	Diferença	% Real (IPCA)
I. RECEITA TOTAL	425.967,4	458.240,4	32.273,0	7,6%
I.1 Receita Administrada pela RFB	277.349,3	305.826,4	28.477,1	10,3%
Imposto de Importação	11.959,3	16.015,7	4.056,5	33,9%
IPI	12.875,6	17.269,7	4.394,1	34,1%
Imposto sobre a Renda	125.205,7	137.248,5	12.042,8	9,6%
IOF	11.202,8	9.007,0	-2.195,8	-19,6%
COFINS	61.810,9	67.288,1	5.477,1	8,9%
PIS/PASEP	17.687,8	19.278,2	1.590,4	9,0%
CSLL	28.956,0	33.280,0	4.324,0	14,9%
CIDE Combustíveis	683,5	261,9	-421,6	-61,7%
Outras Administradas pela RFB	6.967,8	6.177,4	-790,4	-11,3%
I.2 Incentivos Fiscais	0,0	-33,8	-33,8	-
I.3 Arrecadação Líquida para o RGPS	103.355,0	103.019,9	-335,0	-0,3%
Urbana	101.228,1	100.843,6	-384,5	-0,4%
Rural	2.126,8	2.176,3	49,5	2,3%
I.4 Receitas Não Administradas pela RFB	45.263,1	49.427,9	4.164,7	9,2%
Concessões e Permissões	891,7	927,7	36,0	4,0%
Dividendos e Participações	1.706,6	1.803,2	96,6	5,7%
Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	3.732,1	4.125,2	393,2	10,5%
Exploração de Recursos Naturais	18.205,6	16.785,6	-1.420,0	-7,8%
Receitas Próprias e de Convênios	3.484,7	4.215,6	730,9	21,0%
Contribuição do Salário Educação	5.724,0	5.564,2	-159,8	-2,8%
Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	16,9	0,0	-16,9	-100,0%
Operações com Ativos	451,4	0,0	-451,4	-100,0%
Demais Receitas	11.050,2	16.006,3	4.956,1	44,9%
II. TRANSFERÊNCIAS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	79.662,6	85.503,1	5.840,5	7,3%
III. RECEITA LÍQUIDA (I-II)	346.304,7	372.737,2	26.432,5	7,6%

No acumulado até março de 2021, a **receita total** apresentou **elevação de R\$ 32,3 bilhões (7,6%) em termos reais**, frente a mesmo período de 2020.

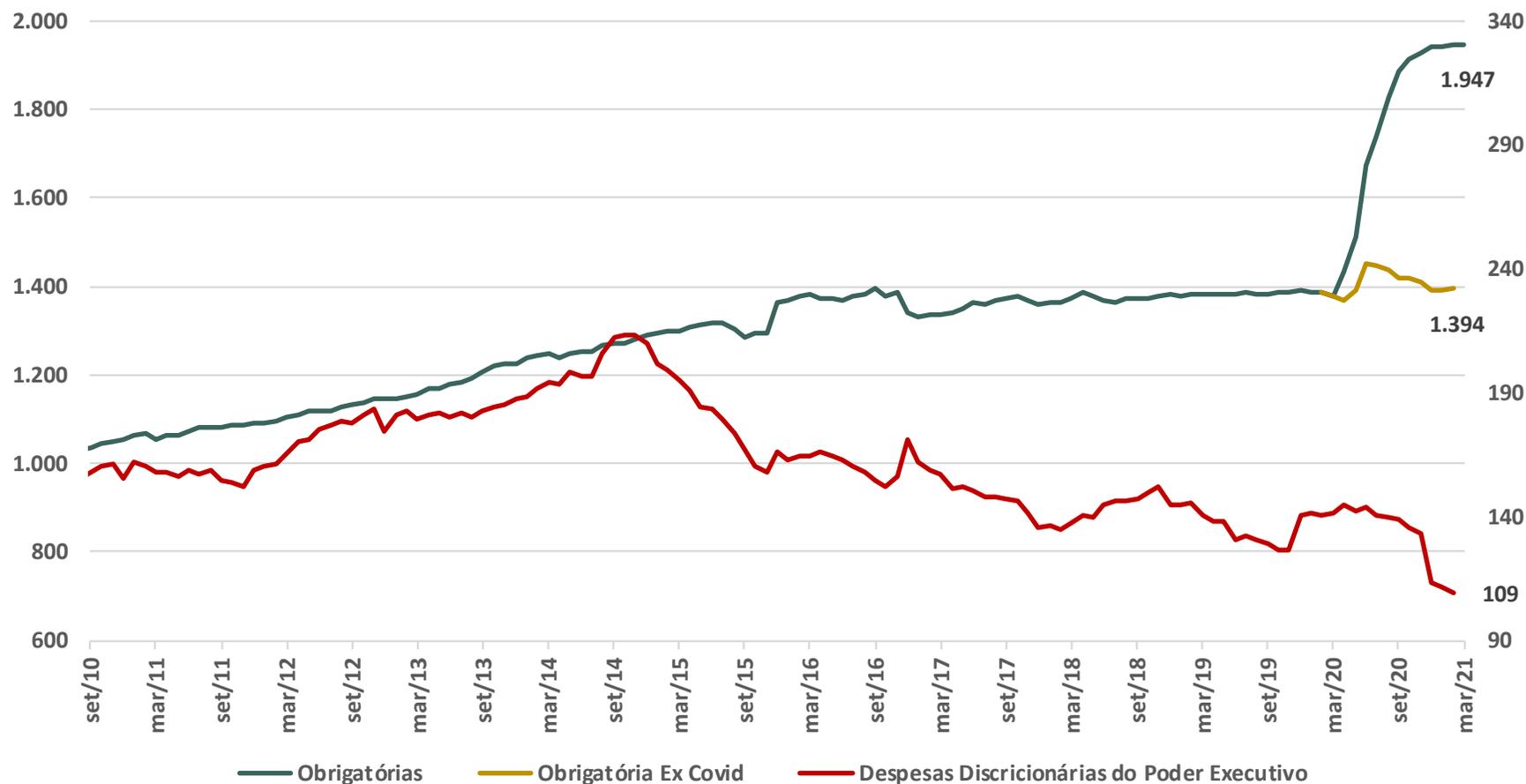
Essa variação decorre do efeito conjunto da:

- elevação de R\$ 28,5 bilhões na receita administrada pela RFB;
- crescimento de R\$ 4,2 bilhões nas receitas não administradas; e
- redução de R\$ 335,0 milhões na arrecadação líquida para o RGPS.

A receita líquida apresentou elevação de R\$ 26,4 bilhões (7,6%) em termos reais frente ao primeiro trimestre de 2020.

Evolução de Despesas do Governo Central

Despesas do Governo Central* – Acumulado 12 meses
 Brasil - 2010 a 2021: R\$ Bilhões – A preços de mar/21- IPCA



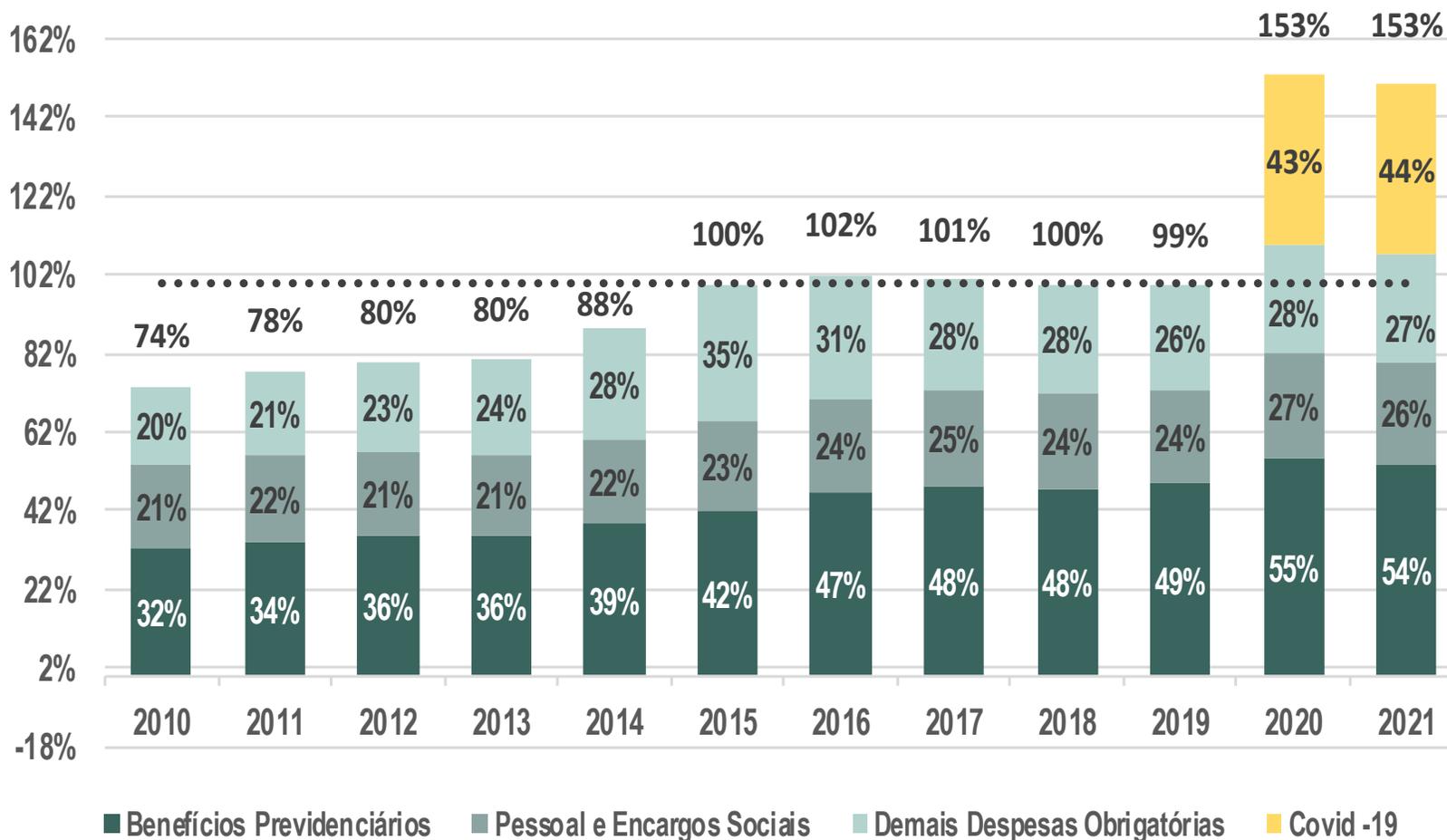
Importante destacar que as despesas referentes às políticas de combate à COVID-19 serão classificadas majoritariamente como obrigatórias. Essa classificação decorre do fato de que as despesas executadas via crédito extraordinário, mesmo que discricionárias, acabam ganhando status de despesa obrigatória, haja vista seu caráter emergencial.

Excluídos os **R\$ 557,6 bilhões** de despesas em resposta à **crise COVID-19**, as despesas obrigatórias acumuladas em 12 meses apresentam trajetória estável.

* Desconsidera a capitalização Petrobrás realizada em dezembro de 2010 e o pagamento à Petrobrás referente cessão onerosa de dezembro de 2019.

Evolução de Despesas do Governo Central

Despesas Obrigatórias* como proporção da Receita Líquida** – Brasil
2010 a 2020: Anual; 2021: Acumulado em 12 meses até março



Desde 2015, as despesas obrigatórias consomem a totalidade da receita líquida.

O crescimento dos percentuais de 2020 em relação aos anos anteriores se deve às despesas relativas à COVID-19 e à forte queda da arrecadação.

*Despesas obrigatórias incluem despesas com controle de fluxo obrigatórias.

** Exclui as receitas da cessão onerosa.

Despesas do Governo Central

Resultado no Mês em Relação ao Mesmo Mês do Ano Anterior

Brasil – Anual – 2020/2021 – A preços de mar/21- IPCA – R\$ Milhões

R\$ milhões

Despesas Primárias do Governo Central - Brasil -2020/2021				
Discriminação	Março		Variação	
	2020	2021	Diferença	% Real (IPCA)
IV . DESPESA TOTAL	119.772,8	116.031,2	-3.741,6	-3,1%
IV.1 Benefícios Previdenciários	53.582,4	54.534,0	951,6	1,8%
Benefícios Previdenciários - Urbano	42.531,0	43.410,2	879,2	2,1%
Dq/ Sentenças Judiciais e Precatórios	671,1	877,6	206,5	30,8%
Benefícios Previdenciários - Rural	11.051,4	11.123,8	72,4	0,7%
Dq/ Sentenças Judiciais e Precatórios	175,4	225,7	50,3	28,7%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	25.822,9	24.608,8	-1.214,1	-4,7%
Dq/ Sentenças Judiciais e Precatórios	151,8	175,4	23,6	15,6%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	17.353,3	18.399,9	1.046,6	6,0%
Abono e Seguro Desemprego	6.921,5	3.971,9	-2.949,6	-42,6%
Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	5.545,7	5.674,2	128,5	2,3%
Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	2,6	0,0	-2,6	-100,0%
Créditos Extraordinários (exceto PAC)	1.180,3	5.150,0	3.969,7	336,3%
Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	659,3	487,5	-171,8	-26,1%
Fundeb/Fundef - Complementação da União	1.186,5	1.116,9	-69,7	-5,9%
Legislativo/Judiciário/MPU/DPU (Custeio e Capital)	1.094,0	900,7	-193,3	-17,7%
Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00) e LC nº 176 de 2020	0,0	332,3	332,3	-
Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital)	177,0	190,7	13,7	7,8%
Subsídios, Subvenções e Proagro	345,3	-79,5	-424,8	-
Impacto Primário do FIES	-128,7	271,2	399,9	-
Demais	369,8	384,0	14,2	3,8%
IV.4 Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Programação F	23.014,1	18.488,4	-4.525,7	-19,7%
Obrigatórias com Controle de Fluxo	14.615,5	12.610,5	-2.005,0	-13,7%
Discricionárias	8.398,6	5.877,9	-2.520,7	-30,0%
Memorando:				
Outras Despesas de Custeio e Capital*	27.664,5	27.027,4	-637,1	-2,3%
Outras Despesas de Custeio	24.548,3	25.603,3	1.055,0	4,3%
Outras Despesas de Capital	3.116,1	1.424,1	-1.692,0	-54,3%

Em março de 2021 contra mesmo período de 2020, a **despesa total apresentou queda de R\$ 3,7 bilhões (3,1%) em termos reais.**

A expressiva redução nas despesas de pessoal e encargos sociais, abono e seguro desemprego e despesas do Poder Executivo sujeitas à programação financeira superou a elevação em benefícios previdenciários e créditos extraordinários (exceto PAC).

* Corresponde à despesa total, excluindo-se pessoal e encargos sociais, benefícios previdenciários, abono e seguro desemprego, subsídios, subvenções e Proagro, LOAS/RMV, auxílio à CDE e despesa com fabricação de cédulas e moedas.

Despesas do Governo Central

Resultado Acumulado em Relação ao Ano Anterior

Brasil – Anual – 2020/2021 – A preços de mar/21 - IPCA – R\$ Milhões

R\$ Milhões

Despesas Primárias do Governo Central - Brasil -2020/2021				
Discriminação	Jan-Mar		Variação	
	2020	2021	Diferença	% Real (IPCA)
IV . DESPESA TOTAL	349.204,0	347.708,0	-1.496,0	-0,4%
IV.1 Benefícios Previdenciários	159.216,9	160.645,8	1.429,0	0,9%
Benefícios Previdenciários - Urbano	126.360,5	127.627,0	1.266,5	1,0%
Benefícios Previdenciários - Rural	32.856,4	33.018,8	162,5	0,5%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	80.412,3	77.440,3	-2.972,1	-3,7%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	53.382,8	60.903,9	7.521,1	14,1%
Abono e Seguro Desemprego	19.971,8	20.247,6	275,8	1,4%
Apoio Fin. EE/MM	0,0	0,0	0,0	-
Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	16.516,2	16.752,9	236,7	1,4%
Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	16,9	0,0	-16,9	-100,0%
Créditos Extraordinários (exceto PAC)	1.280,8	8.173,1	6.892,3	538,1%
Fundeb/Fundef - Complementação da União	5.982,6	5.576,6	-406,0	-6,8%
Legislativo/Judiciário/MPU/DPU (Custeio e Capital)	2.490,2	2.136,7	-353,6	-14,2%
Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00) e LC nº 176 de 2020	0,0	1.887,2	1.887,2	-
Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital)	502,2	576,5	74,3	14,8%
Subsídios, Subvenções e Proagro	3.830,6	1.941,6	-1.889,0	-49,3%
Impacto Primário do FIES	-133,8	1.133,8	1.267,7	-
Demais	2.925,2	2.477,8	-447,4	-15,3%
IV.4 Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Programação Financeira	56.192,0	48.718,1	-7.474,0	-13,3%
Obrigatórias com Controle de Fluxo	35.110,9	34.749,8	-361,0	-1,0%
Discricionárias	21.081,2	13.968,23	-7.112,9	-33,7%
Memorando:				
Outras Despesas de Custeio e Capital*	69.338,3	69.483,6	145,3	0,2%
Outras Despesas de Custeio	62.132,7	66.217,5	4.084,8	6,6%
Outras Despesas de Capital	7.205,6	3.266,13	-3.939,5	-54,7%

* Corresponde à despesa total, excluindo-se pessoal e encargos sociais, benefícios previdenciários, abono e seguro desemprego, subsídios e subvenções econômicas, LOAS/RMV, auxílio à CDE, despesa com fabricação de cédulas e moedas e FIES.

No acumulado até março de 2021 contra mesmo período de 2020, a despesa total sofreu redução de R\$ 1,5 bilhão (0,4%) em termos reais. As principais variações foram:

- **Pessoal e Encargos Sociais (- R\$ 3,0 bilhões)**
- **Créditos Extraordinários (+ R\$ 6,9 bilhões)**
- **Lei Kandir e LC n 176 (+ R\$ 1,9 bilhão)**
- **Subsídios, Subvenções e Proagro (- R\$ 1,9 bilhão)**
- **Despesas Discricionárias (- R\$ 7,1 bilhões)**

Despesas do Governo Central

relacionadas ao combate ao COVID-19^{1,2} apurados pelo critério de "valor pago"

Brasil – 2020/2021 – valores nominais – R\$ Milhões

Despesas do Governo Central relacionadas ao combate ao COVID-19 apurados pelo critério de "valor pago" - Brasil - Mensal
R\$ Milhões - Valores Correntes

Discriminação	Ano 2020	jan/21	fev/21	mar/21	Acum. 2021	Total COVID-19
DESPESAS PRIMÁRIAS	520.941,1	2.023,4	1.061,3	5.170,7	8.255,4	529.196,5
II.2.1 - Pessoal e Encargos Sociais - Ativo civil	243,8	69,1	20,2	60,5	149,8	393,6
Despesas Adicionais do Ministério da Saúde e Demais Ministérios	243,8	69,1	20,2	60,5	149,8	393,6
II.3.3 - Apoio Fin. Municípios / Estados	78.247,0	0,0	0,0	0,0	0,0	78.247,0
Auxílio Emergencial aos Estados, Municípios e DF	78.247,0	0,0	0,0	0,0	0,0	78.247,0
II.3.08 - Créditos Extraordinários (exceto PAC)	429.044,2	1.944,2	1.025,2	5.075,8	8.045,2	437.089,4
Ampliação do Programa Bolsa Família	369,3	0,0	0,0	0,0	0,0	369,3
Auxílio Emergencial a Pessoas em Situação de Vulnerabilidade	293.105,4	279,1	77,6	337,0	693,7	293.799,2
Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda	33.497,5	346,0	47,8	29,3	423,1	33.920,5
Despesas Adicionais do Ministério da Saúde e Demais Ministérios	41.760,4	1.243,2	256,1	1.971,4	3.470,7	45.231,1
Cotas dos Fundos Garantidores de Operações e de Crédito	58.093,2	-	-	-	-	58.093,2
Aquisição de Vacinas	2.218,4	75,9	643,7	2.738,1	3.457,7	5.676,1
II.3.19.27 - Demais Subsídios e Subvenções	11.806,8	0,0	0,0	0,0	0,0	11.806,8
Programa Emergencial de Suporte a Empregos - PESE	6.806,8	0,0	0,0	0,0	0,0	6.806,8
Programa Emergencial de Acesso a Crédito - Maquininhas	5.000,0	0,0	0,0	0,0	0,0	5.000,0
II.3.21 - Transferências Multas ANEEL	900,0	0,0	0,0	0,0	0,0	900,0
Transferência para a Conta de Desenvolvimento Energético	900,0	0,0	0,0	0,0	0,0	900,0
II.4.1.1 - Obrigatórias com Controle de Fluxo	495,8	0,8	5,6	25,7	32,1	527,9
Despesas Adicionais do Ministério da Saúde e Demais Ministérios	495,8	0,8	5,6	25,7	32,1	527,9
II.4.2 - Discricionárias	203,6	9,4	10,4	8,6	28,3	231,9
Despesas Adicionais do Ministério da Saúde e Demais Ministérios	203,6	9,4	10,4	8,6	28,3	231,9
DESPESAS FINANCEIRAS	3.077,3	125,0	0,0	250,0	375,0	3.452,3
DESPESAS TOTAIS "COVID-19"	524.018,5	2.148,4	1.061,3	5.420,7	8.630,4	532.648,8

Em março de 2021, as despesas primárias em resposta à crise COVID-19 totalizaram R\$ 5,2 bilhões.

As principais despesas foram (i) aquisição de vacinas e (ii) despesas adicionais do Ministério da Saúde e demais Ministérios.

1. Antecipações de despesas como o 13º relativo aos benefícios previdenciários, por exemplo, não estão incluídos nessa apuração.
2. Para detalhamento ver: <https://www.tesourotransparente.gov.br/visualizacao/painel-de-monitoramentos-dos-gastos-com-covid-19> e https://www1.siof.planejamento.gov.br/QvAJAXZfc/opendoc.htm?document=IAS%2FExecucao_Orcamentaria.qvw&host=QVS%40pqlk04&anonymous=true&sheet=SH06

Despesas do Governo Central relacionadas ao combate ao COVID-19¹

Brasil – 2020/2021 – valores nominais – R\$ Milhões

Monitoramento dos Gastos da União com COVID-19

Atualizado diariamente

2020

2021

29/04/2021

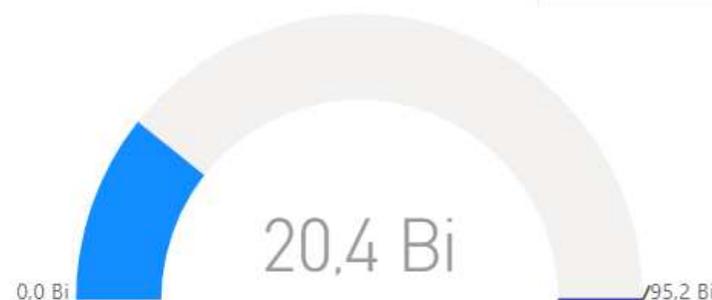
Última atualização

Até o mês de:

abril

Pago **20,4 Bi**

Previsto **95,2 Bi**



Gastos com COVID-19 (R\$ bilhões)

Previsto

Pago

Saiba Mais

Gastos com COVID-19 (R\$ bilhões)	Previsto	Pago	Saiba Mais
Auxílio Emergencial a Pessoas em Situação de Vulnerabilidade	44,86	9,71	MPs n° 937, 956, 970, 988/2020 e 1.037/2021
Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda	11,67	0,63	MPs n° 935/2020 e 1.044/2021
Financiamento da Infraestrutura Turística	1,92	0,38	MP n° 963/2020
Despesas Adicionais do Ministério da Saúde e Demais Ministérios	14,44	5,06	Vide nota
Aquisição de Vacinas	22,29	4,60	MPs n° 994, 1.004 e 1.015/2020
Total	95,19	20,38	

A previsão de gastos com o enfrentamento ao COVID-19 para 2021 é de 95,2 bilhões.

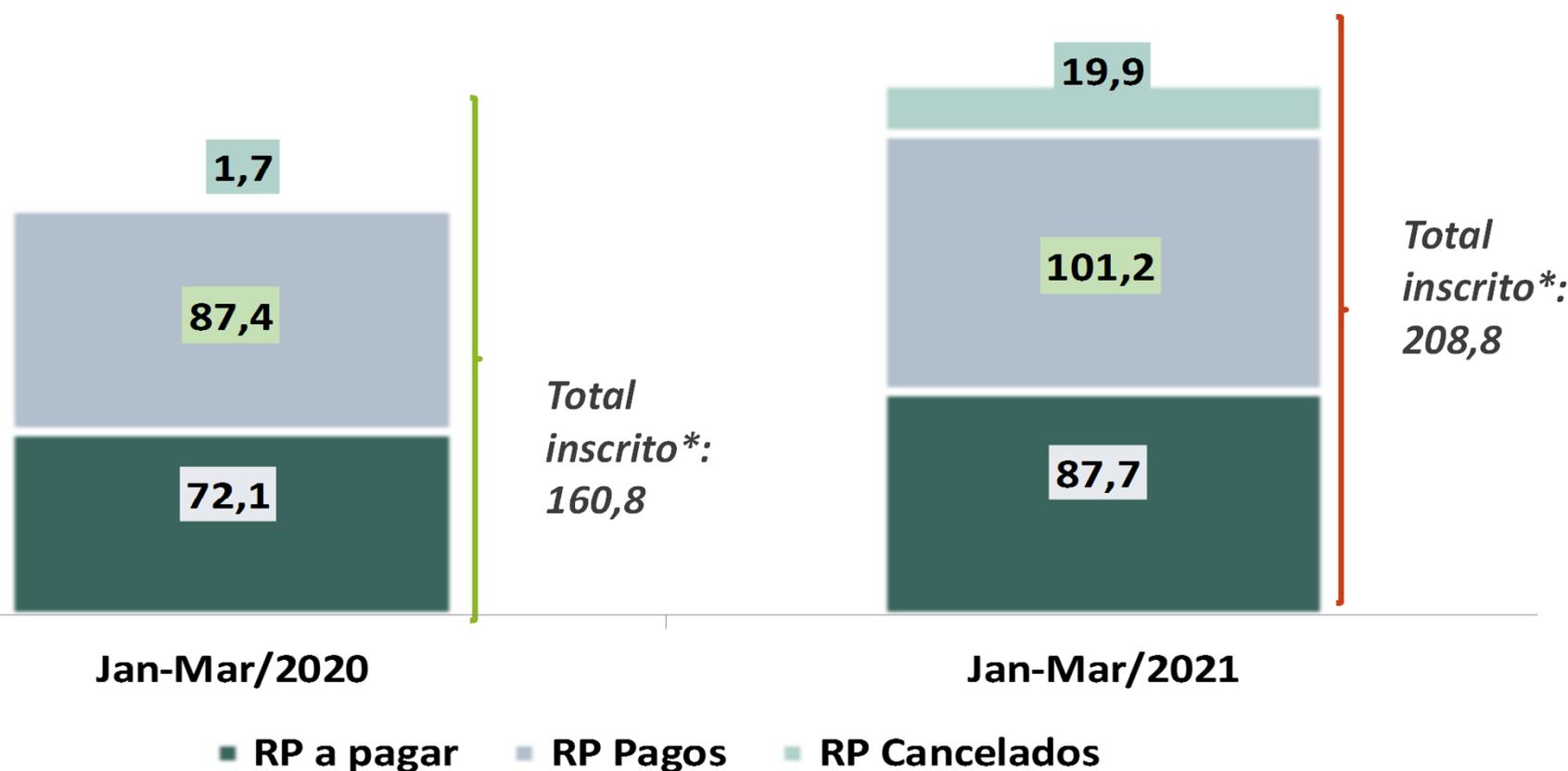
Desta dotação foram pagos, até o dia 29/04/2021, R\$ 20,4 bilhões.

1. Para detalhamento ver: <https://www.tesourotransparente.gov.br/visualizacao/painel-de-monitoramentos-dos-gastos-com-covid-19> e https://www1.siof.planejamento.gov.br/QvAJAXZfc/opendoc.htm?document=IAS%2FExecucao_Orcamentaria.qvw&host=QVS%40pqlk04&anonymous=true&sheet=SH06

Despesas do Governo Central

Execução de Restos a Pagar*

Brasil – 2020/2021 – Acumulado no ano – R\$ bilhões – Valores Correntes



O montante de **restos a pagar (RAP) pagos** (excetuados os RAP financeiros) até março de 2021 correspondeu a **R\$ 101,2 bilhões**, contra **R\$ 87,4 bilhões** no mesmo período do ano anterior.

Os **cancelamentos** até março de 2021 totalizaram **R\$ 19,9 bilhões** frente a **R\$ 1,7 bilhão** no mesmo período de 2020.

* Exclui Restos a Pagar Financeiros. Para informações adicionais ver:

<https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/relatorio-de-avaliacao-dos-restos-a-pagar/2021/114>

Acompanhamento do Novo Regime Fiscal

Brasil – 2020/2021 – Preços Correntes

PAINEL DO TETO DE GASTOS



Pagamento total em 2020

✓ R\$ 1.402.818.174.499,94

Limite Para 2021

⚠ R\$ 1.485.936.445.066,36

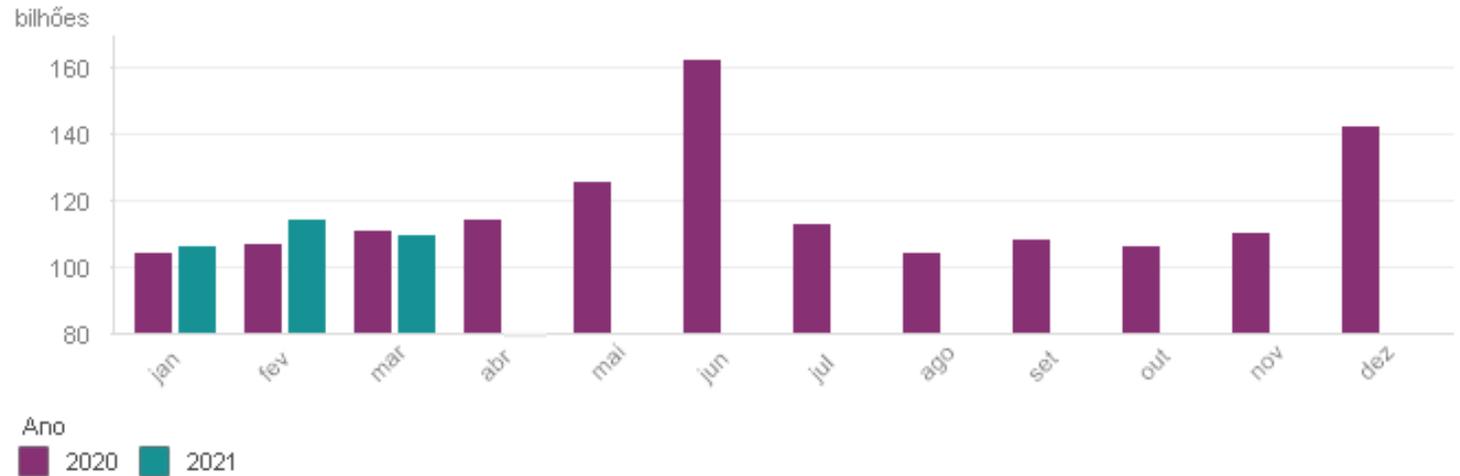
Pagamento acumulado em 2021

✓ R\$ 329.013.417.941,62

% do teto atingido



Pagamento total - Fluxo mensal (R\$)



Acompanhamento do Novo Regime Fiscal

Brasil – 2021 – R\$ Milhões – Preços Correntes

R\$ Milhões

Transferências e despesas primárias do Governo Central sujeitas ao teto da EC 95/2016, por Poder e Órgão			
Discriminação	Acum. 2021	PLOA 2021 - valores máximos de programação (ADCT - Art. 107 § 3º)	% Executado
II. DESPESAS APURADAS SUJEITAS AO TETO DA EC 95/2016	329.013	1.485.936	22,1%
II.1 Poder Executivo	313.883	1.421.604	22,1%
II.2 Poder Legislativo	2.796	12.837	21,8%
II.2.1 Câmara dos Deputados	1.361	6.166	22,1%
II.2.2 Senado Federal	965	4.539	21,3%
II.2.3 Tribunal de Contas da União	469	2.133	22,0%
II.3 Poder Judiciário ²	10.577	44.189	23,9%
II.3.1 Supremo Tribunal Federal	151	660	22,9%
II.3.2 Superior Tribunal de Justiça	370	1.550	23,9%
II.3.3 Justiça Federal	2.811	11.436	24,6%
II.3.4 Justiça Militar da União	123	557	22,1%
II.3.5 Justiça Eleitoral	1.753	7.536	23,3%
II.3.6 Justiça do Trabalho	4.636	19.495	23,8%
II.3.7 Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	697	2.754	25,3%
II.3.8 Conselho Nacional de Justiça	35	201	17,4%
II.4. Defensoria Pública da União	131	559	23,4%
II.5 Ministério Público da União	1.626	6.747	24,1%
II.5.1 Ministério Público da União ^{1, 3}	1.609	6.661	24,2%
II.5.2 Conselho Nacional do Ministério Público ¹	18	86	20,7%

As despesas sujeitas ao teto totalizaram 22,1% do limite estabelecido no PLOA 2021.

1. Considera a atualização dos limites do MPU e CNMP conforme Portaria nº 65, do Ministério Público da União, de 31 de agosto de 2020.

2. Considera o acréscimo de R\$ 294,3 milhões ao limite estabelecido para 2016, para o Poder Judiciário, conforme decisão do Acórdão TCU nº 362/2020.

3. Conforme acórdãos nº 3072/2019 e nº 2828/2020 do Tribunal de Contas da União, está permitido um excesso de despesas em relação ao teto do MPU de R\$ 61,7 milhões para 2021. Esses valores serão compensados pelo Poder Executivo de forma a preservar o total do teto de gastos.

Acompanhamento do Novo Regime Fiscal

Brasil – 2020/2021 – Preços Correntes

R\$ Milhões

Transferências e despesas primárias do Governo Central sujeitas ao teto da EC 95/2016, por Poder e Órgão				
Discriminação	Jan-Mar		Variação Nominal % (b/a)	Margem de Enquadramento (PLOA)
	2020 (a)	2021 (b)		
II. DESPESAS APURADAS SUJEITAS AO TETO DA EC 95/2016	320.451	329.013	2,7%	5,9%
II.1 Poder Executivo	305.092	313.883	2,9%	6,0%
II.2 Poder Legislativo	2.858	2.796	-2,2%	10,6%
II.2.1 Câmara dos Deputados	1.374	1.361	-1,0%	12,3%
II.2.2 Senado Federal	1.008	965	-4,3%	9,3%
II.2.3 Tribunal de Contas da União	475	469	-1,2%	8,3%
II.3 Poder Judiciário ²	10.704	10.577	-1,2%	3,9%
II.3.1 Supremo Tribunal Federal	151	151	-0,2%	4,8%
II.3.2 Superior Tribunal de Justiça	363	370	1,8%	8,5%
II.3.3 Justiça Federal	2.770	2.811	1,5%	4,4%
II.3.4 Justiça Militar da União	122	123	0,9%	5,8%
II.3.5 Justiça Eleitoral	1.751	1.753	0,2%	6,1%
II.3.6 Justiça do Trabalho	4.816	4.636	-3,7%	2,6%
II.3.7 Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	682	697	2,2%	2,8%
II.3.8 Conselho Nacional de Justiça	48	35	-27,1%	2,1%
II.4. Defensoria Pública da União	127	131	3,4%	13,2%
II.5 Ministério Público da União	1.670	1.626	-2,6%	0,0%
II.5.1 Ministério Público da União ^{1,3}	1.653	1.609	-2,7%	-0,1%
II.5.2 Conselho Nacional do Ministério Público ¹	17	18	1,2%	3,3%

A margem de enquadramento é o percentual de crescimento nominal em 2021, na comparação com a despesa paga em 2020, das **despesas sujeitas ao teto** que cada poder/órgão pode apresentar para **cumprir o limite da EC 95**.

Em outras palavras, é o quanto a despesa de cada poder/órgão pode crescer de 2020 para 2021 sem que se ultrapasse o teto (base de 2016 atualizada pela inflação).

1. Considera a atualização dos limites do MPU e CNMP conforme Portaria nº 65, do Ministério Público da União, de 31 de agosto de 2020.

2. Considera o acréscimo de R\$ 294,3 milhões ao limite estabelecido para 2016, para o Poder Judiciário, conforme decisão do Acórdão TCU nº 362/2020.

3. Conforme acórdãos nº 3072/2019 e nº 2828/2020 do Tribunal de Contas da União, está permitido um excesso de despesas em relação ao teto do MPU de R\$ 61,7 milhões para 2021. Esses valores serão compensados pelo Poder Executivo de forma a preservar o total do teto de gastos.

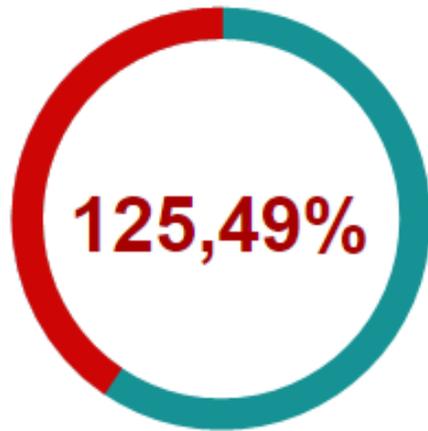
Regra de Ouro*

Art. 167 da Constituição Federal

Selecione o mês
de referência

mar/21

% da despesa coberta com
receita considerada



Margem de suficiência
dos últimos 12 meses
(em bilhões)

R\$ -345,84

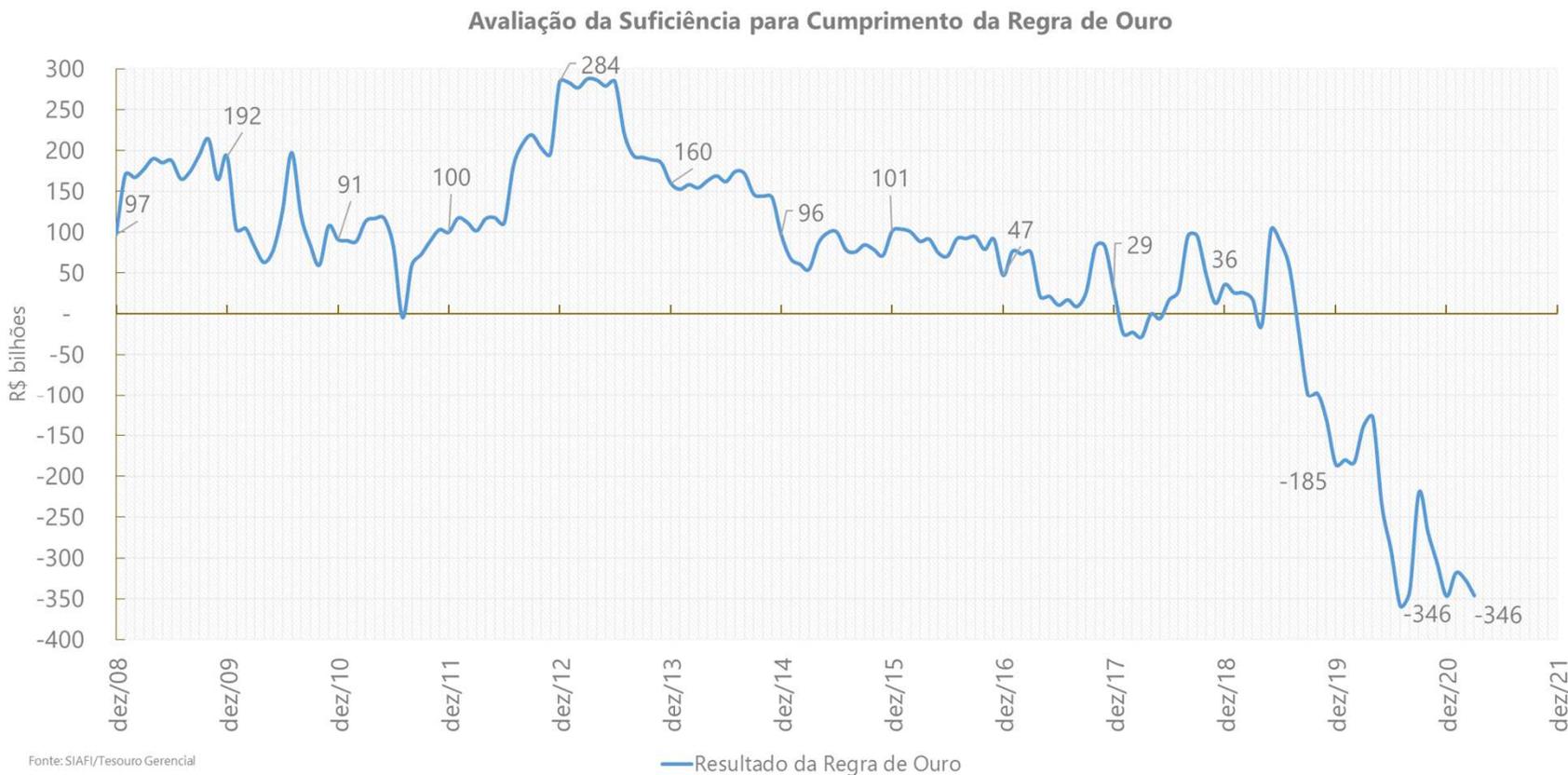
Denomina-se Regra de Ouro os dispositivos legais que vedam que os ingressos financeiros oriundos do endividamento (operações de crédito) sejam superiores às despesas de capital (investimentos, inversões financeiras e amortização da dívida). Todos os valores expostos estão em bilhões de reais (R\$)

	No Mês	No Ano	Últimos 12 meses
Despesas de Capital	210,83	440,55	1.356,97
Receita Considerada	201,78	506,84	1.702,82
Receitas de Operações de Crédito	236,34	583,11	2.068,12
(-) Variação do colchão da dívida	34,55	76,27	365,30
Resultado	9,05	-66,29	-345,84

Regra de Ouro

Art. 167 da Constituição Federal

*Suficiência da Regra de Ouro: (Despesa de Capital – Receita com Op. de Crédito)
2008 a 2021: Acumulado em 12 meses – R\$ Bilhões – A preços correntes*



No acumulado em 12 meses até fevereiro/2021, as receitas de operação de crédito superaram as despesas de capital em **R\$ 345,9 bilhões**.

O cumprimento da Regra de Ouro é verificado em bases anuais no Relatório Resumido de Execução Orçamentária.

Regra de Ouro

Art. 167 da Constituição Federal

Suficiência da Regra de Ouro 2021 – R\$ Bilhões – A preços correntes

Contas	2021	
	Sem superávit financeiro e recursos extraordinários	Com superávit financeiro e recursos extraordinários
Despesas de Capital (I) [‡]	1.766,1	1.766,1
Investimentos [†]	26,3	26,3
Inversões Financeiras [†]	68,2	68,2
Amortizações	1.671,6	1.671,6
Receitas de Operações de Crédito Consideradas (II = a - b)	2.183,8	1.825,4
Receitas de Operações de Crédito do Exercício (a)	2.205,4	2.205,4
Variação da Sub-conta da Dívida (b)	21,6	380,0
Margem da Regra de Ouro (III = I - II)	-417,7	-59,3
Superávit financeiro e recursos extraordinários		
52 - Resultado Banco Central		197,7
outras fontes do superávit financeiro*		20,7
Desvinculação de Fundos (EC 109/21)		140,0
Total	0,0	358,4

‡ As Despesas de Capital são consideradas pela sua execução orçamentária, que corresponde às despesas liquidadas no exercício ou inscritas em restos a pagar não processados. Esses valores podem diferir de outras estatísticas fiscais onde, por exemplo, as despesas podem ser apresentadas por seus valores pagos.

† A linha Investimentos corresponde à classificação orçamentária do Grupo Natureza de Despesa (GND) = 4, e a de Inversões Financeiras corresponde ao GND = 5. Esses valores podem diferir de outras estatísticas fiscais, onde parte das Inversões Financeiras, particularmente àquelas que afetam o resultado primário, são classificadas como Investimentos.

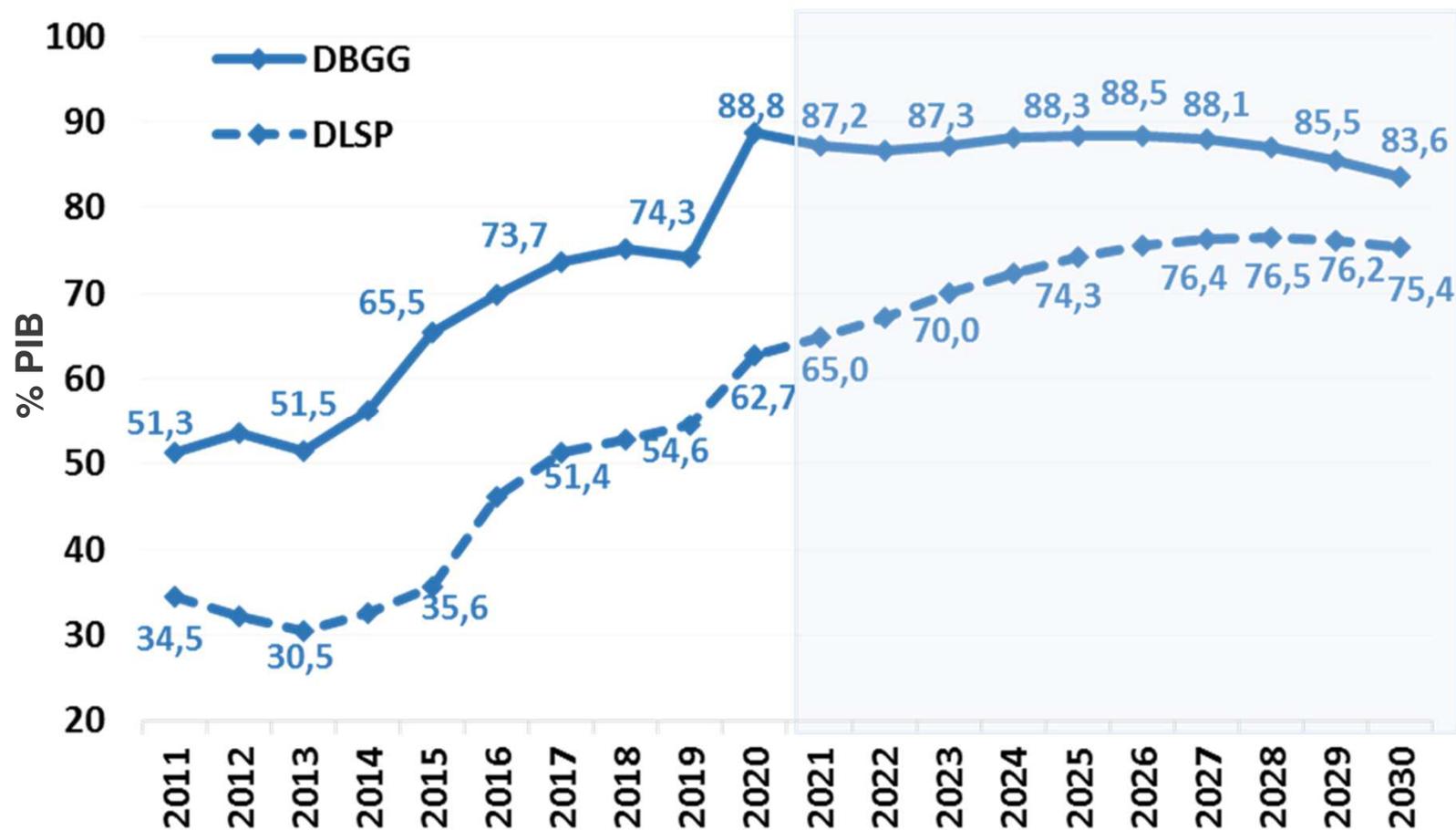
* 97 - Dividendos; 73 - Operações de Crédito - Estados e Municípios; 59 - Operações de Crédito - inst financeiras; e outros.

As projeções para a margem da Regra de Ouro em 2021 apontam para a necessidade de aprovação de crédito suplementar que autorize a realização das operações de crédito que excedam o montante das despesas de capital, conforme o dispositivo constitucional.

A utilização de fontes superavitárias como o resultado do Banco Central, entre outras, bem como o retorno antecipado de recursos do BNDES, reduzem a insuficiência.

É necessário manter os esforços para a consolidação fiscal, pois a regra de ouro seguirá como desafio para os próximos anos.

Perspectivas para a dívida pública brasileira no médio prazo

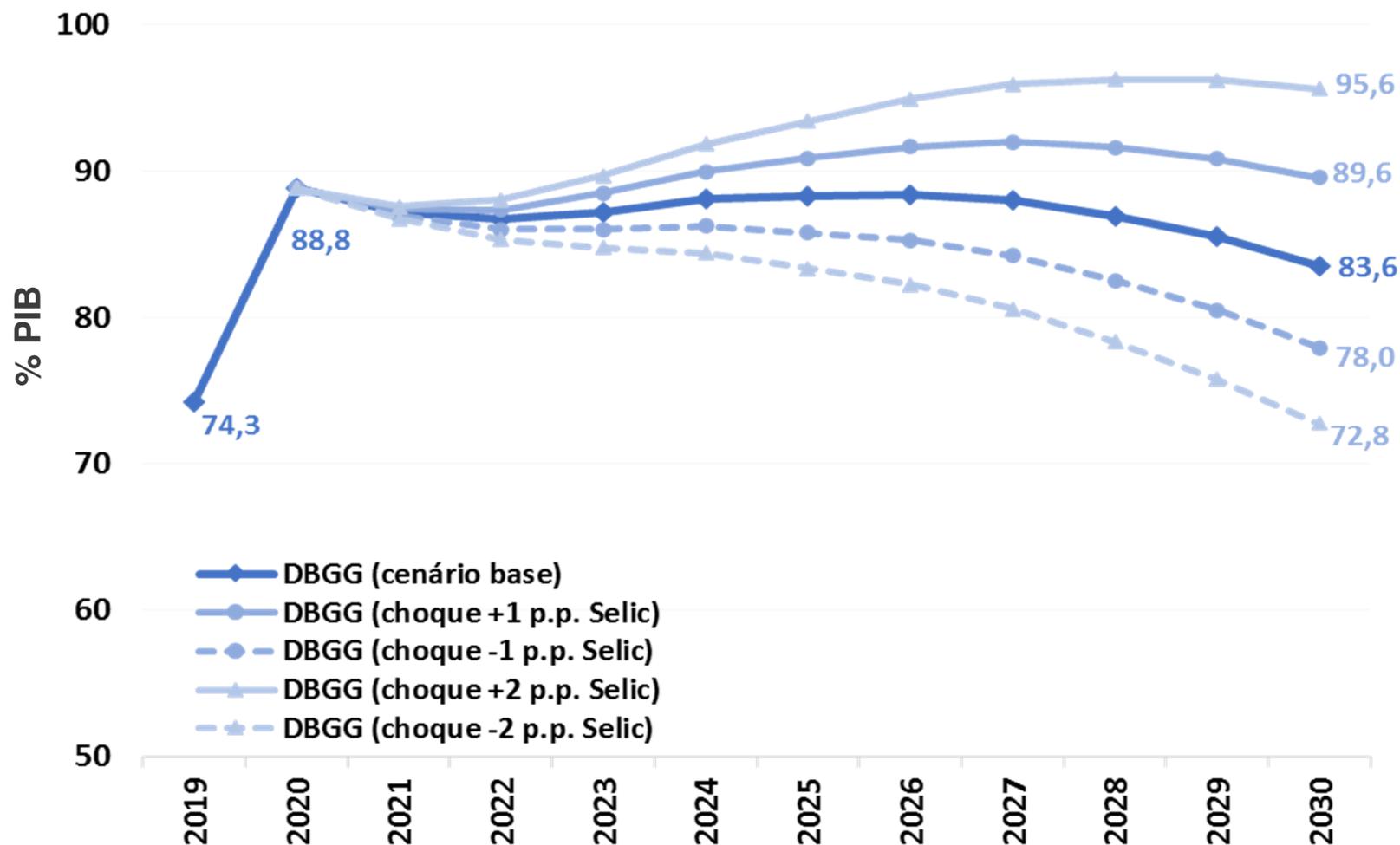


Fonte: BCB. Elaboração: STN/Fazenda/ME.

No **curto prazo**, a relação **DBGG/PIB** se **beneficiará** do crescimento nominal do PIB e, ainda, de **pagamentos antecipados** de créditos do Tesouro junto a Bancos Públicos.

A **DLSP/PIB** seguirá **aumentando**, já que o crescimento do PIB não será suficiente para contrapor os gastos com **juros** e o **déficit primário**.

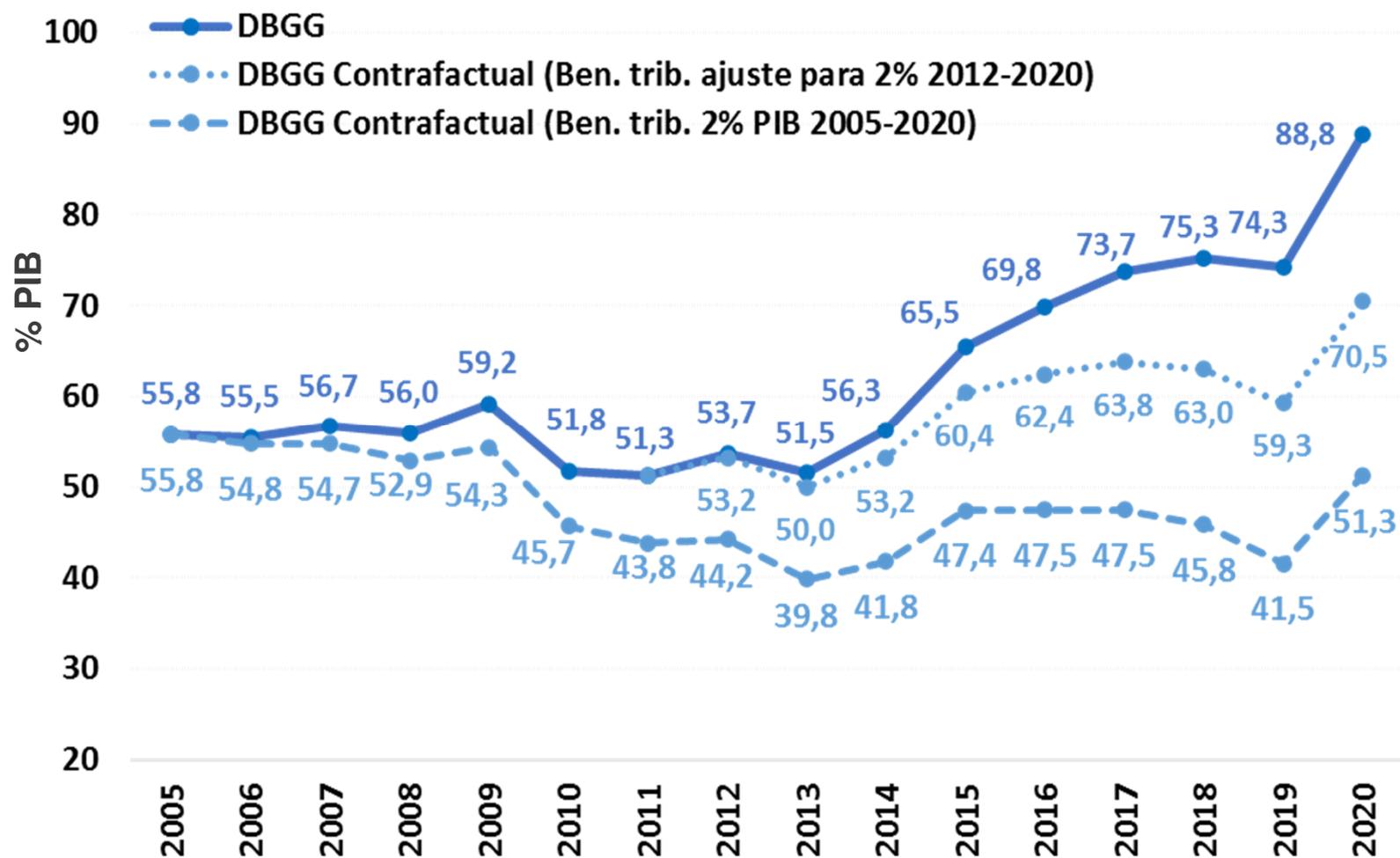
Análise de sensibilidade da dívida às taxas de juros



Fonte: Realizado, BCB. Projeções: STN/Fazenda/ME.

A transmissão de **mudanças** na taxa **Selic** para o **custo da dívida** tende a ser **rápida**, dada a elevada proporção de instrumentos de financiamento expostos às mudanças nos juros de curto prazo.

Simulação: Importância da revisão dos benefícios tributários

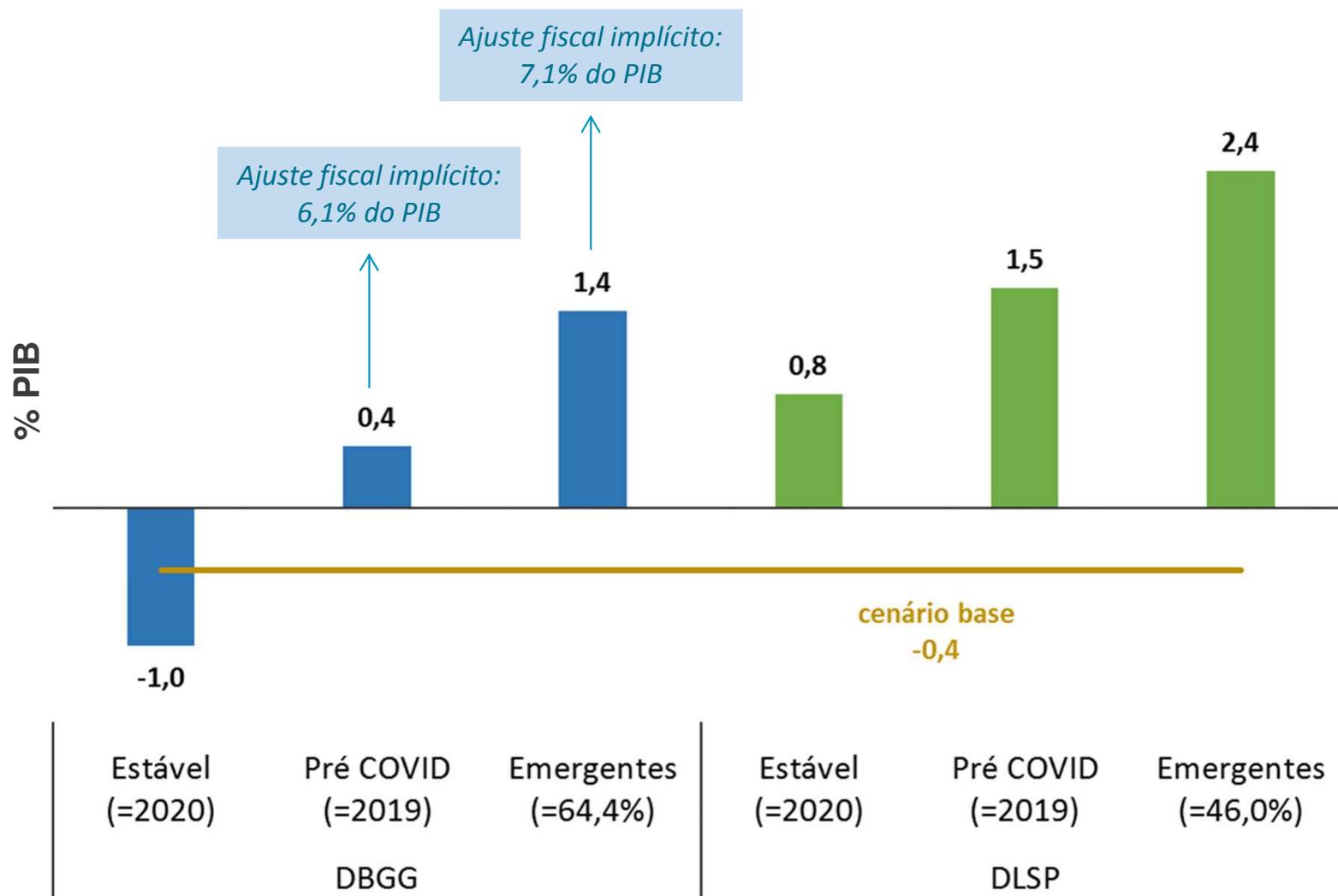


Fonte: Realizado, BCB. Projeções: STN/Fazenda/ME.

Qual seria a trajetória da DBGG/PIB se os benefícios tributários fossem historicamente mais baixos, ocasionando melhores superávits primários?

Um cenário de **endividamento de 70%** após passar pela pandemia de 2020 teria permitido maior margem de atuação por meio da **política fiscal** em cenários adversos.

Análise de Primário Requerido para Reduzir a Dívida



Primário do cenário base:

- 2021: - 3,5% do PIB
- 2030: + 1,8% do PIB
- **Média 21-30: -0,4% do PIB**
- **Ajuste fiscal implícito: 5,3% do PIB**

O resultado **primário requerido** para se atingir diferentes níveis de dívida **mostra** quão **desafiador** é o **ajuste fiscal** no país, dada a magnitude do endividamento brasileiro.

Fonte: Realizado, BCB. Projeções: STN/Fazenda/ME.

Revisão Metodológica

Estatísticas Fiscais do Governo Geral*

Em 2020 foram realizados aperfeiçoamentos com o objetivo de adequar o conjunto de estatísticas fiscais à realidade brasileira, incentivando seu entendimento e utilização.

As principais alterações foram:

- Novo **formato de apresentação** e revisão da nomenclatura dos principais agregados do Demonstrativo de Operações;
- **Desagregação** das principais rubricas de receita e despesa;
- Aprimoramento do processo de **consolidação** (exclusão dos fluxos intergovernamentais) do governo geral;
- **Mensalização** da série de governo central orçamentário retroagindo a janeiro de **2006**;
- Elaboração da **tabela de conciliação** das estatísticas fiscais do governo central orçamentário com o Resultado do Tesouro Nacional - RTN;
- Elaboração de **glossário**.

*Maiores informações sobre as alterações realizadas estão disponíveis em:

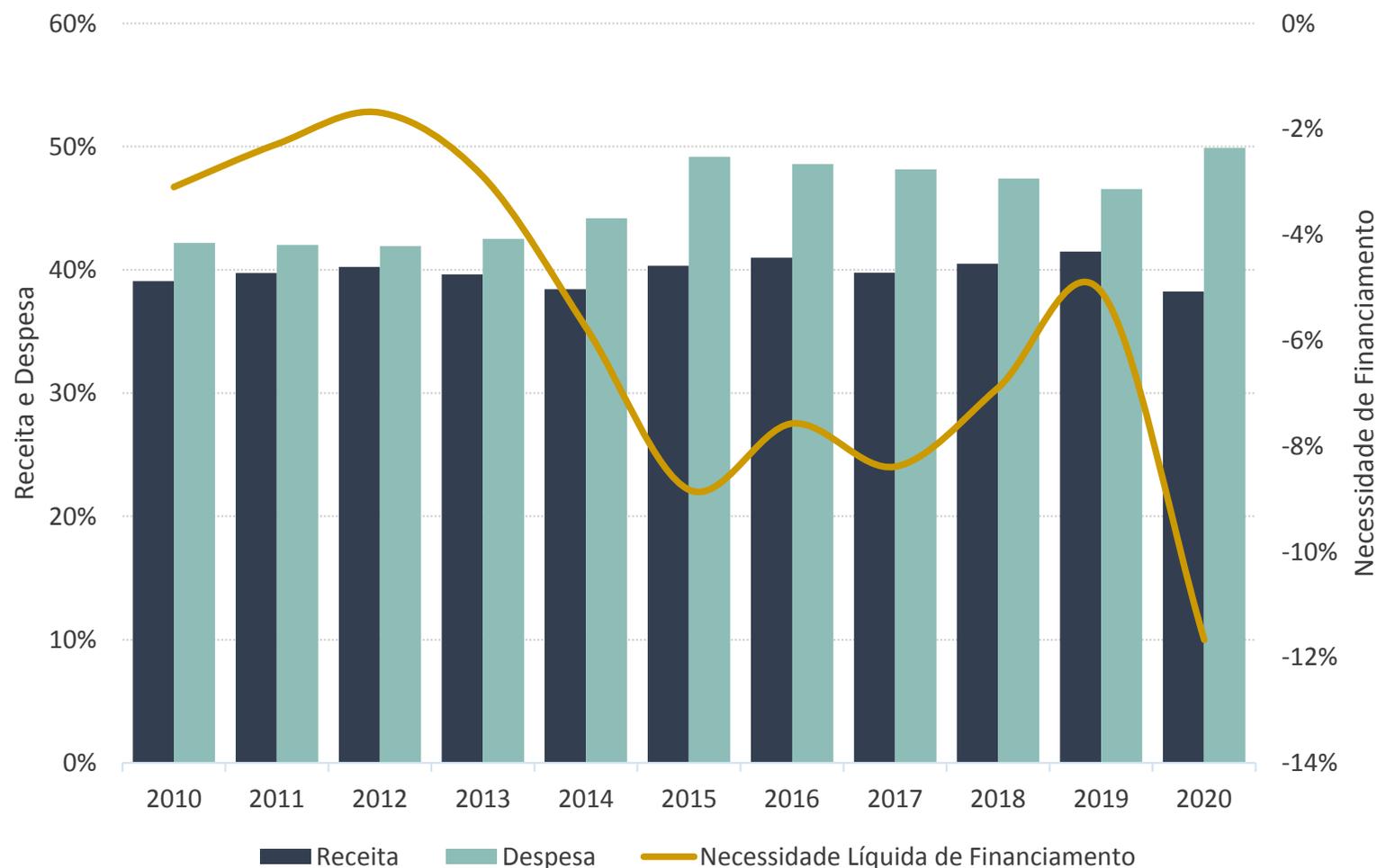
Nota Metodológica nº 1 - Revisão Metodológica das Estatísticas Fiscais do Governo Geral (<https://www.gov.br/tesouronacional/pt-br/estatisticas-fiscais-e-planejamento/estatisticas-fiscais-do-governo-geral>)

Nota Metodológica nº 2 - Comparativo entre as Estatísticas do Resultado do Tesouro Nacional – RTN e as Estatísticas Fiscais elaboradas de acordo com a metodologia do *Government Finance Statistics Manual - 2014* (GFSM 2014) (<https://www.gov.br/tesouronacional/pt-br/estatisticas-fiscais-e-planejamento/estatisticas-fiscais-do-governo-geral>)

Estatísticas Fiscais do Governo Geral

2010 a 2020 - % PIB

Necessidade líquida de financiamento, receita, despesa (gasto + investimento) do governo geral (governo central, estados e municípios) - % PIB



Em 2020, a **necessidade líquida de financiamento** do Governo Geral alcançou **11,7% do PIB**, ante 5,1% do PIB registrado no ano anterior.

Essa variação é explicada pela **queda** nominal de **7,3% da receita** em relação ao ano anterior e pelo **aumento de 7,8% da despesa**.

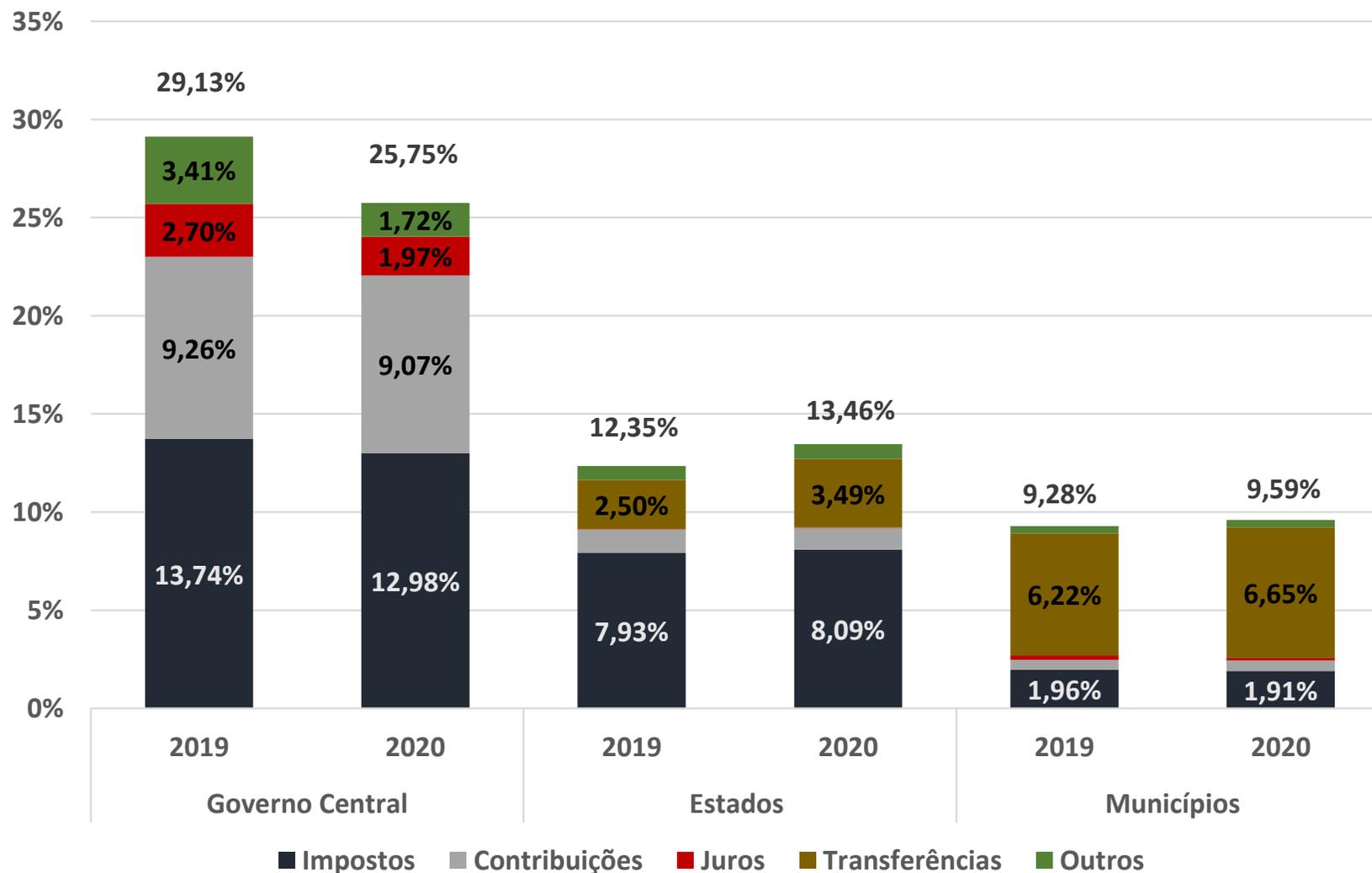
A elevação dos gastos é explicada principalmente pelas **medidas de enfrentamento à pandemia da Covid-19**.

Destaque-se a significativa **elevação** do gasto com **benefícios sociais (26,7%)**, influenciada pela instituição do auxílio emergencial.

Estatísticas Fiscais do Governo Geral

2019 e 2020 - % PIB

Receita por esfera de governo - % PIB



A queda da receita em 2020 concentrou-se no **Governo Central**. Essa redução foi disseminada por todas as principais rubricas de receita.

A receita foi influenciada pelos **efeitos da pandemia da Covid-19** sobre a atividade econômica, assim como os incentivos fiscais implementados para enfrentá-los.

Por outro lado, houve **elevação da receita de Estados e Municípios**, explicada principalmente pelo **crescimento das transferências**.

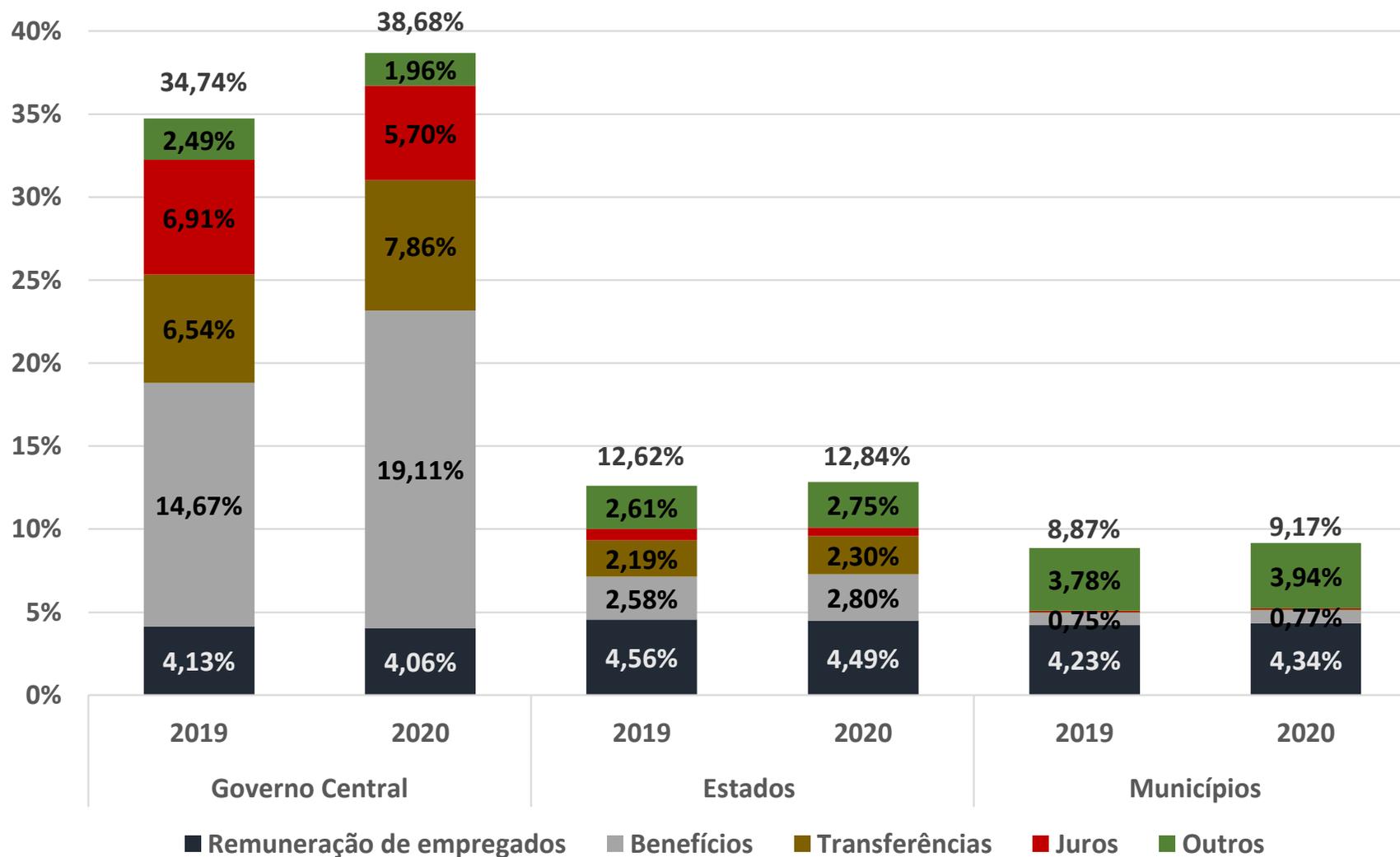
Fonte: Tesouro Nacional – Boletim de Estatísticas Fiscais do Governo Geral

Obs.: dados sujeitos a alteração. A soma de governo central + governos estaduais + governos municipais é diferente da receita de governo geral, devido à consolidação.

Estatísticas Fiscais do Governo Geral

2019 e 2020 - % PIB

Gasto por esfera de governo - % PIB



Em 2020, houve elevação dos gastos de todas as esferas de governo, tendo o maior crescimento ocorrido no Governo Central. Esse aumento é explicado principalmente pelas medidas de enfrentamento à pandemia da Covid-19.

O gasto com benefícios sociais foi responsável pela maior parte do crescimento do gasto. Houve elevação do gasto com benefícios em todas as esferas de governo.

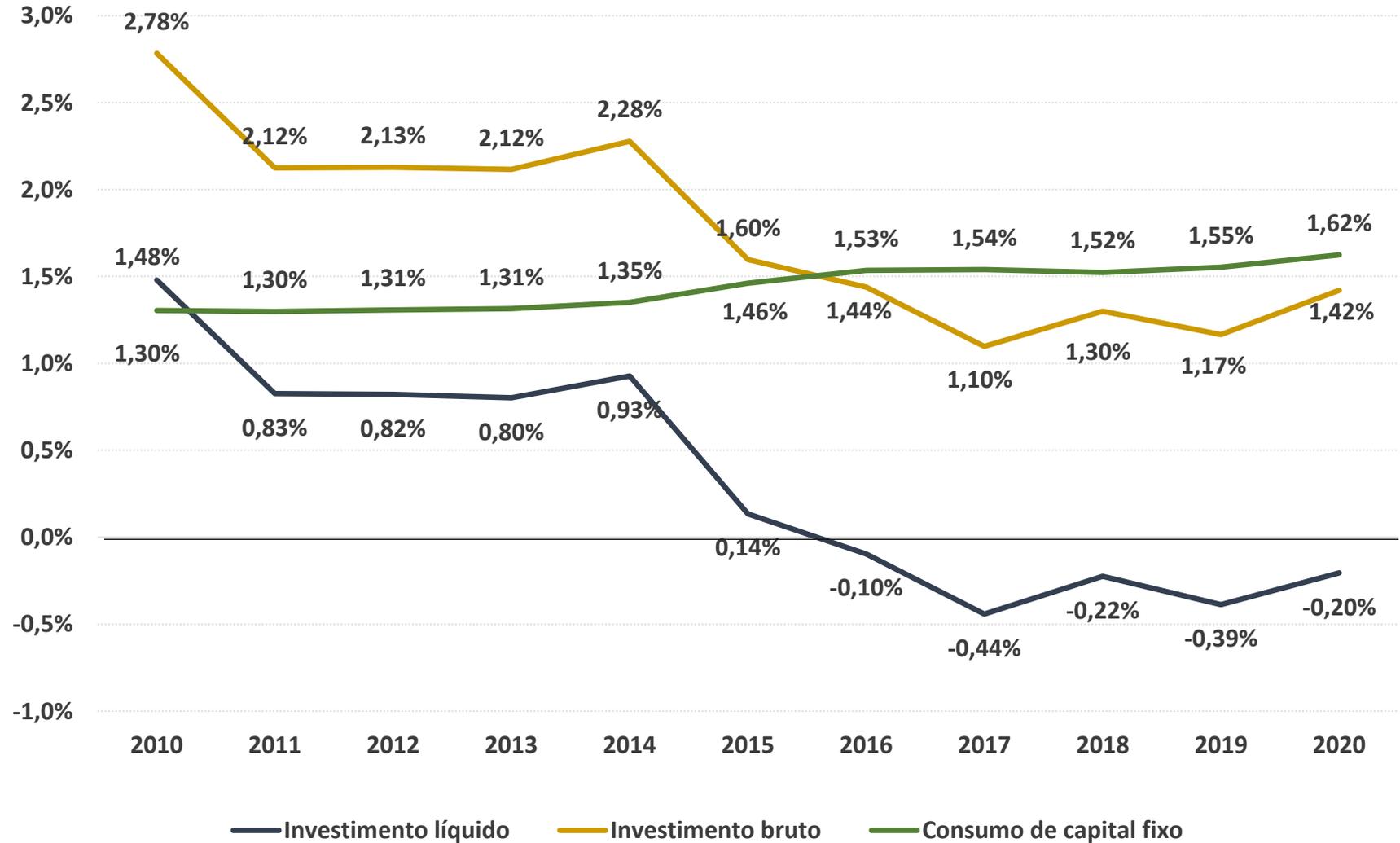
Fonte: Tesouro Nacional – Boletim de Estatísticas Fiscais do Governo Geral

Obs.: dados sujeitos a alteração. A soma de governo central + governos estaduais + governos municipais é diferente do gasto de governo geral, devido à consolidação.

Estatísticas Fiscais do Governo Geral

2010 a 2020 - % PIB

Evolução do investimento líquido, consumo de capital fixo e investimento bruto do governo geral - % PIB



Fonte: Tesouro Nacional – Boletim de Estatísticas Fiscais do Governo Geral

#NossoTesouro

Meu. Seu. De todos os brasileiros.



 **TESOURO NACIONAL**

**MINISTÉRIO DA
ECONOMIA**

Maiores e Menores

Resultado Primário do Governo Central – Brasil – R\$ Milhões – Valores Correntes

RTN
2021 Resultado do
Tesouro Nacional

	Valores Correntes					
	Mês	Primário	Mês	Acumulado Ano	Mês	Acumulado 12 meses
1º	mar/08	10.606,7	mar/12	33.402,6	mar/12	99.804,4
2º	mar/11	8.888,0	mar/08	31.186,5	mar/11	95.318,4
3º	mar/12	7.407,7	mar/11	25.489,2	mar/13	70.603,7
4º	mar/06	7.290,1	mar/21	24.443,2	mar/08	69.916,8
5º	mar/09	6.626,5	mar/13	19.018,4	mar/14	64.990,4
6º	mar/05	6.572,9	mar/07	18.920,2	mar/07	52.715,6
7º	mar/04	5.744,9	mar/04	17.270,9	mar/06	50.659,5
8º	mar/99	4.507,1	mar/05	16.966,4	mar/09	49.744,9
9º	mar/03	4.127,6	mar/03	15.132,3	mar/05	49.037,0
10º	mar/00	4.014,0	mar/06	14.952,8	mar/04	41.218,6
11º	mar/07	3.864,4	mar/14	11.849,6	mar/10	38.005,4
12º	mar/01	3.583,3	mar/02	10.560,2	mar/03	36.149,3
13º	mar/14	2.924,2	mar/09	9.493,0	mar/02	25.588,6
14º	mar/98	2.343,8	mar/10	8.062,0	mar/01	20.719,9
15º	mar/21	2.101,1	mar/00	6.971,0	mar/00	20.297,6
16º	mar/02	2.004,8	mar/99	6.837,7	mar/99	11.241,1
17º	mar/97	1.624,9	mar/01	6.708,7	mar/98	3.679,1
18º	mar/15	1.120,1	mar/15	3.678,9	mar/15	-31.653,2
19º	mar/13	-420,1	mar/98	3.173,5	mar/20	-88.632,5
20º	mar/10	-4.565,6	mar/97	1.295,2	mar/19	-116.638,5
21º	mar/16	-7.829,6	mar/20	-2.855,8	mar/18	-117.569,2
22º	mar/17	-11.231,4	mar/19	-9.288,0	mar/16	-142.733,7
23º	mar/19	-21.086,7	mar/18	-12.870,8	mar/17	-162.286,1
24º	mar/20	-21.130,6	mar/16	-18.552,6	mar/21	-715.876,5
25º	mar/18	-24.494,9	mar/17	-19.563,1		

Maiores e Menores

Resultado Primário do Governo Central – Brasil – R\$ Milhões – Valores de mar/21 RTN 2021 Resultado do Tesouro Nacional

R\$ Milhões - Valores de Mar/21 - IPCA						
	Mês	Primário Real (IPCA)	Mês	Acumulado Ano	Mês	Acumulado 12 meses
1º	mar/08	21.705,2	mar/08	64.175,9	mar/11	170.984,0
2º	mar/99	17.049,2	mar/12	55.258,4	mar/12	168.289,8
3º	mar/06	16.085,5	mar/11	44.605,6	mar/08	146.615,0
4º	mar/11	15.405,9	mar/04	43.407,1	mar/05	118.281,7
5º	mar/05	15.274,9	mar/07	40.777,0	mar/07	115.264,0
6º	mar/04	14.356,8	mar/03	40.702,8	mar/06	114.963,7
7º	mar/00	14.201,0	mar/05	39.691,6	mar/13	112.230,4
8º	mar/09	12.840,3	mar/06	33.102,7	mar/04	105.884,7
9º	mar/12	12.200,8	mar/02	32.801,3	mar/03	104.267,7
10º	mar/01	11.910,2	mar/13	29.772,2	mar/09	99.988,5
11º	mar/03	10.922,4	mar/99	25.992,8	mar/14	97.430,1
12º	mar/98	9.133,5	mar/21	25.029,2	mar/02	82.298,2
13º	mar/07	8.281,8	mar/00	24.692,1	mar/00	74.275,5
14º	mar/97	6.618,0	mar/01	22.376,9	mar/10	72.138,9
15º	mar/02	6.184,3	mar/09	18.448,3	mar/01	71.165,9
16º	mar/14	4.256,7	mar/14	17.492,7	mar/99	43.137,0
17º	mar/21	2.101,1	mar/10	15.174,9	mar/98	14.544,5
18º	mar/15	1.507,9	mar/98	12.387,8	mar/15	-44.976,6
19º	mar/13	-649,2	mar/97	5.248,1	mar/20	-95.678,0
20º	mar/10	-8.412,3	mar/15	5.164,3	mar/19	-129.988,2
21º	mar/16	-9.636,0	mar/20	-2.899,2	mar/18	-136.878,4
22º	mar/17	-13.218,4	mar/19	-9.940,5	mar/16	-181.297,0
23º	mar/20	-22.419,4	mar/18	-14.627,1	mar/17	-193.515,6
24º	mar/19	-23.111,9	mar/16	-22.726,3	mar/21	-759.497,3
25º	mar/18	-28.075,8	mar/17	-22.978,5		